

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

RAFAEL STEIN PIZANI

**RECREAÇÃO, LAZER E EDUCAÇÃO
FÍSICA NA CIDADE DE CAMPINAS:
Um olhar acerca dos Parques e Recantos
Infantis (1940 – 1960)**

Campinas
2012

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

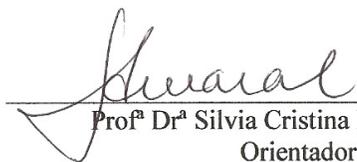
RAFAEL STEIN PIZANI

**RECREAÇÃO, LAZER E EDUCAÇÃO
FÍSICA NA CIDADE DE CAMPINAS:
Um olhar acerca dos Parques e Recantos
Infantis (1940 – 1960)**

Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Educação Física, área de concentração Educação Física e Sociedade.

Orientador: Prof^a Dr^a Silvia Cristina Franco Amaral

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO RAFAEL STEIN PIZANI, E ORIENTADO PELA PROFESSORA DOUTORA SILVIA CRISTINA FRANCO AMARAL.


Prof^a Dr^a Silvia Cristina Franco Amaral
Orientadora

Campinas, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
DULCE INÊS LEOCÁDIO DOS SANTOS AUGUSTO – CRB8/4991 - BIBLIOTECA “PROF. ASDRUBAL
FERREIRA BATISTA”
FEF - UNICAMP

P689r	<p>Pizani, Rafael Stein, 1986- Recreação, lazer e educação física na cidade de Campinas: um olhar acerca dos parques e recantos infantis (1940-1960) / Rafael Stein Pizani. --Campinas, SP: [s.n], 2012.</p> <p style="text-align: center;">Orientador: Silvia Cristina Franco Amaral. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.</p> <p style="text-align: center;">1. Parques Infantis. 2. Educação Física. 3. Lazer. 4. Educação. 5. História. I. Amaral, Silvia Cristina Franco. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física. III. Título.</p>
-------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: Recreation, leisure and physical education in the city of Campinas: a look about the parks and children's corners (1940-1960).

Palavras-chave em inglês:

Child Parks

Physical education

Leisure

Education

History

Área de Concentração: Educação Física e Sociedade.

Titulação: Mestre em Educação Física.

Banca Examinadora:

Silvia Cristina Franco Amaral [Orientador]

Carmen Lucia Soares

Vinicius Demarchi Silva Terra

Data da defesa: 27-02-2012

Programa de Pós-Graduação: Educação Física

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Silvia Cristina Franco Amaral
Orientadora



Prof.ª Dr.ª Carmen Lucia Soares



Prof. Dr. Vinicius Demarchi Silva Terra

Dedicatória

Dedico este trabalho àqueles que veem no lazer uma possibilidade de transformação, esperando, contudo, contribuir com suas reflexões acerca deste fenômeno.

Agradecimentos

À Deus, por tudo que tem me proporcionado ao longo de minha vida e, principalmente, por esta grande oportunidade.

Aos meus pais, Uslei e Nilza, os “culpados” pelo que sou hoje, por sempre acreditarem em mim, proporcionando-me sempre o melhor.

Ao meu irmão Rodrigo, assim como meus avós Alcides, Geni, Pedro e Ondina, que sempre torceram por mim.

À Marcela, minha companheira de todas as horas, por estar sempre ao meu lado dando-me força, carinho, amor e atenção. Pelas conversas, confiança e partilha, assim como pelos maravilhosos momentos ao seu lado, os quais me fazem muito bem.

Aos amigos Ana Paula, Henrique e Paulo Cezar, pela amizade sincera, pelo carinho, pelas conversas e conselhos, pelos momentos de reflexão e descontração, bem como pela parceria acadêmica ao longo deste período.

À Mônica, minha grande amiga, pela compreensão, pelo incentivo, pelas conversas e momentos de reflexão e descontração, assim como pela parceria profissional que muito contribuiu em minha formação.

À Professora Maria Regina de Almeida, pela recepção, paciência, atenção e dedicação que demonstrou durante minhas buscas na EMEI “Celisa Cardoso do Amaral”.

À minha orientadora, professora Silvia Cristina Franco Amaral, por toda atenção e parceria desde os tempos de graduação, como também pela orientação e, mais que isso, pelos ensinamentos e pela amizade que muito me fez crescer durante esse período de convivência.

Aos professores e membros da banca examinadora Vinícius Demarchi Silva Terra e Carmen Lúcia Soares, pelo carinho e atenção que sempre dispensaram para comigo, bem como por terem aceitado o convite para participar da banca, fazendo uma leitura atenta e cuidadosa de meu texto.

PIZANI, Rafael Stein. **Recreação, Lazer e Educação Física na Cidade de Campinas**: um olhar acerca dos Parques e Recantos Infantis (1940 – 1960). 2012. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

RESUMO

A pesquisa procurou compreender os Parques e Recantos Infantis, criados a partir de 1940 na cidade de Campinas – SP, como importantes instituições destinadas à assistência, educação, cultura e recreação da população infantil deste município. A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, buscamos a situação e as mudanças ocorridas no cenário nacional, paulistano e do próprio município de Campinas, sobretudo aquelas ocorridas após a década de 1920, que influenciaram a criação destas instituições. Procuramos ainda, tecer uma discussão sobre os Parques e Recantos Infantis, apresentando características e particularidades do seu funcionamento e organização, de modo a possibilitar uma discussão sobre o papel da educação física e da educação recreativa na constituição do lazer como um projeto político e pedagógico, bem como os significados destas instituições no período entre 1940 e 1960.

Palavras-Chaves: Parques Infantis; Educação Física; Lazer; Educação; História.

PIZANI, Rafael Stein. **Recreation, Leisure and Physical Education in the city of Campinas: a look about the Parks and Children's Corners (1940 - 1960)**. 2012. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

ABSTRACT

The research attempted to understand the Parks and Children's Corners, created from 1940 in Campinas – SP, as important institutions intended for the assistance, education, culture and recreation of the child population of this municipality. Based on documentary and bibliographic approach we have looked through the circumstances and changes in the national scenario paulistano and the municipality of Campinas, particularly those which took place after the 1920 decade, and have influenced the creation of these institutions. We also discussed about Parks and Children's Corners, presenting features and peculiarities of its operation and organization in order to provide a discussion about the role of physical education and recreational leisure education within the constitution of leisure for both political and pedagogical project, considering the meanings of these institutions in the period between 1940 and 1960.

Keywords: Child Parks; Physical Education; Leisure; Education; History

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Parque Infantil do Cambuí (“Violeta Dória Lins”). RAMOS, Maria Martha Silvestre. História da Educação Infantil Pública Municipal de Campinas 1940-1990 . Bragança Paulista, SP: USF-dissertação de mestrado, 2001, p. 14.....	48
Figura 2 -	Parque Infantil da Vila Industrial (“Celisa Cardoso do Amaral”). RAMOS, Maria Martha Silvestre. História da Educação Infantil Pública Municipal de Campinas 1940-1990 . Bragança Paulista, SP: USF-dissertação de mestrado, 2001, p. 14.....	49
Figura 3 -	Matrícula e frequência dos Parques e Recantos Infantis. CAMPINAS, Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Ensino e Difusão Cultural. Relatório de Atividades Realizadas – 1956 . Campinas, 1957.....	56
Figura 4 -	Rotina dos Parques e Recantos Infantis. CAMPINAS, Departamento de Ensino e Difusão Cultural. Secção de Assistência Sócio-Educacional. Horário Diário . Campinas, s.d. (a).....	59
Figura 5 -	Programa Semanal de Educação Física nos Parques e Recantos Infantis Municipais. CAMPINAS, Departamento de Ensino e Difusão Cultural. Secção de Assistência Sócio-Educacional. Programa Semanal de Educação Física nos Parques e Recantos Infantis Municipais . Campinas, s.d.....	60
Figura 6 -	Quadro funcional do Recanto Infantil nº 1. CAMPINAS, Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Ensino e Difusão Cultural. Relatório de Atividades Realizadas – 1958 . Campinas, 1959, p.4.....	63
Figura 7 -	Quadro funcional do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral”. CAMPINAS, Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Ensino e Difusão Cultural. Relatório de Atividades Realizadas – 1958 . Campinas, 1959, p.3.....	64
Figura 8 -	Professoras do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral”. 1946. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	65
Figura 9 -	Grupo de Professoras. s.d. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	65

Figura 10 -	Crianças tomando lanche. s.d. Acervo do Museu da Imagem e Som de Campinas – Coleção Henrique de Oliveira Júnior.....	68
Figura 11 -	Menina almoçando. [195?]. Acervo do Museu da Imagem e Som de Campinas – Coleção Henrique de Oliveira Júnior.....	69
Figura 12 -	Atividades médicas desenvolvidas nos Parques e Recantos Infantis Municipais no ano de 1958. CAMPINAS, Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Ensino e Difusão Cultural. Relatório de Atividades Realizadas – 1958. Campinas, 1959.....	71
Figura 13 -	Atividades gerais dos gabinetes dentários municipais – ano de 1958. CAMPINAS, Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Ensino e Difusão Cultural. Relatório de Atividades Realizadas – 1958. Campinas, 1959.....	72
Figura 14 -	Atendimento médico – 1. s.d. Acervo do Museu da Imagem e Som de Campinas – Coleção Henrique de Oliveira Júnior.....	74
Figura 15 -	Atendimento odontológico. s.d. Acervo do Museu da Imagem e Som de Campinas – Coleção Henrique de Oliveira Júnior.....	74
Figura 16 -	Exame biométrico. s.d. Acervo do Museu da Imagem e Som de Campinas – Coleção Henrique de Oliveira Júnior.....	75
Figura 17 -	Banho de chuveiro. s.d. Acervo do Museu da Imagem e Som de Campinas – Coleção Henrique de Oliveira Júnior.....	75
Figura 18 -	Atendimento médico – 2. s.d. Acervo do Museu da Imagem e Som de Campinas – Coleção Henrique de Oliveira Júnior.....	76
Figura 19 -	Visita à horta. s.d. Museu da Imagem e Som de Campinas. Coleção CEI – Coordenadoria de Educação Infantil.....	79
Figura 20 -	Crianças cultivando a horta – 1. s.d. Museu da Imagem e Som de Campinas. Coleção CEI – Coordenadoria de Educação Infantil.....	80
Figura 21 -	Crianças cultivando a horta – 2. [1947?]. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	80

Figura 22 -	Desenhos Pedagógicos – 1. CAMPINAS, Departamento de Ensino e Difusão Cultural. Secção de Assistência Sócio-Educacional. Desenhos Pedagógicos. Campinas, 1953. (Documento retirado do Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias).....	82
Figura 23 -	Desenhos Pedagógicos – 2. CAMPINAS, Departamento de Ensino e Difusão Cultural. Secção de Assistência Sócio-Educacional. Desenhos Pedagógicos. Campinas, 1953. (Documento retirado do Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias).....	83
Figura 24 -	Dança indígena – 1. s.d. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	84
Figura 25 -	Dança indígena – 2. 1943. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	85
Figura 26 -	Dia do índio. 1943. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	85
Figura 27 -	Festa da primavera – 1. s.d. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	86
Figura 28 -	Festa da primavera – 2. s.d. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	86
Figura 29 -	Quadrilha. s.d. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	87
Figura 30 -	Festa junina. s.d. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	87
Figura 31 -	Alunos e familiares na festa junina. s.d. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	88
Figura 32 -	Platéia assiste a apresentação da quadrilha. s.d. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	88
Figura 33 -	Encenação dos coelhos. 1948. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	89
Figura 34 -	Entrega de ovos. 1949. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	89

Figura 35 -	Entrega de presentes pelo Papai Noel – 1. [1948?]. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	90
Figura 36 -	Entrega de presentes pelo Papai Noel – 2. [1948?]. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	90
Figura 37 -	Batismo da Boneca – 1. 1946. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	91
Figura 38 -	Batismo da Boneca – 2. 1946. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	91
Figura 39 -	Cortejo para o Batismo da Boneca. 1944. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	92
Figura 40 -	Primeira Comunhão – 1. 1945. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	92
Figura 41 -	Primeira Comunhão – 2. 1945. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	93
Figura 42 -	Plano Geral de Trabalho. FORSTER, Otília. Plano Geral de Trabalho. Classificados no 2º grau do ciclo elementar. Turmas femininas e masculinas dos 1ºs e 2ºs anos: de 7 à 9 anos. Campinas: [s.n.], 1939 a.....	98
Figura 43 -	Seção Preparatória Reduzida. FORSTER, Otília. Lição de Educação Física para o 2º grau do ciclo elementar. Campinas: [s.n.], 1939 b.....	99
Figura 44 -	Lição propriamente dita. FORSTER, Otília. Lição de Educação Física para o 2º grau do ciclo elementar. Campinas: [s.n.], 1939 b.....	100
Figura 45 -	Volta à calma. FORSTER, Otília. Lição de Educação Física para o 2º grau do ciclo elementar. Campinas: [s.n.], 1939 b.....	101
Figura 46 -	Apresentação ginástica – 1. s.d. Museu da Imagem e Som de Campinas. Coleção CEI – Coordenadoria de Educação Infantil.....	102
Figura 47 -	Apresentação ginástica – 2. s.d. Museu da Imagem e Som de Campinas. Coleção CEI – Coordenadoria de Educação Infantil.....	102
Figura 48 -	Aula de ginástica. s.d. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	103

Figura 49 -	Orientações sobre jogos. SÃO PAULO (Estado), Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. Educação Física nos Parques Infantis. São Paulo, 1947.....	104
Figura 50 -	Grande jogo. s.d. Acervo do Museu da Imagem e Som de Campinas – Coleção Henrique de Oliveira Júnior.....	105
Figura 51 -	Pular corda. s.d. Acervo do Museu da Imagem e Som de Campinas – Coleção Henrique de Oliveira Júnior.....	106
Figura 52 -	Jogo com bola. s.d. Acervo do Museu da Imagem e Som de Campinas – Coleção Henrique de Oliveira Júnior.....	106
Figura 53 -	Corrida de estafeta. s.d. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	107
Figura 54 -	Bola ao túnel. 1949. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	107
Figura 55 -	Cabo de guerra. 1949. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	108
Figura 56-	Corrida do saco. 1949. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	108
Figura 57 -	Tanque de nadar. 1945. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	110
Figura 58 -	Aula de natação – 1. s.d. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	110
Figura 59 -	Aula de natação – 2. s.d. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	111
Figura 60 -	Mergulho. 1946. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	111
Figura 61 -	Volta à calma. s.d. Acervo do Museu da Imagem e Som de Campinas – Coleção Henrique de Oliveira Júnior.....	114
Figura 62 -	Gangorra. s.d. Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.....	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Aspectos da Educação e Assistência nos Parques Infantis. SÃO PAULO, Secretaria de Educação e Saúde Pública. Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. Organização de um Parque Infantil. São Paulo, s.d.....	61
-------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

DEDC	Departamento de Ensino e Difusão Cultural
DEF-SP	Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
PI	Parque Infantil
RI	Recanto Infantil
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

Introdução.....	25
1. Aspectos Históricos e Sócio-Culturais.....	31
1.1. Trabalho, Tempo Livre e Lazer: os rumos da institucionalização.....	32
1.2. Nos Passos da Capital.....	36
1.3. O Contexto Campineiro.....	40
2. Os Parques e Recantos Infantis.....	47
2.1. Departamento de Ensino e Difusão Cultural: a organização do ensino e da cultura em Campinas.....	51
2.2. Aspectos Organizacionais.....	54
2.3. Assistência Alimentar, Médica e Odontológica.....	67
2.4. Clubes Agrícolas.....	77
2.5. Arte, Dramatizações e Festas Comemorativas: civismo, nacionalismo e religiosidade.	81
2.6. Educação Física e Educação Recreativa: em busca do ócio produtivo e da disciplina do corpo.....	94
3. Considerações Finais.....	117
4. Referências Bibliográficas.....	121

Introdução

No Brasil, a ocupação do tempo livre, ou seja, a necessidade de organização do lazer pelas elites políticas e econômicas pode ser observada durante as décadas de 1920 e 1930 com o surgimento de um conjunto de iniciativas públicas, até então inexistentes, relativas à recreação e à diversão da população.

Tais iniciativas se deram em várias regiões do país como no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Bahia, Belo Horizonte, especialmente em Porto Alegre¹ e São Paulo, locais onde o seu surgimento teve significativa repercussão no cenário nacional.

No entanto, foram as iniciativas e propostas ligadas à educação e lazer da população operária implantadas em São Paulo que influenciaram de maneira significativa o desenvolvimento da educação e do lazer, bem como as iniciativas voltadas para seu controle e organização na cidade de Campinas, em especial a criação dos Parques e Recantos Infantis, fontes das preocupações e inquietações deste trabalho.

Os Parques Infantis, inicialmente criados em São Paulo, no ano de 1935, estavam vinculados ao Departamento de Cultura, tendo à sua frente o modernista Mário de Andrade, que juntamente com Nicanor Miranda, chefe da divisão de Educação e Recreios deste departamento, coordenavam estas instituições, as quais consistiam em “[...] logradouros destinados à educação, recreação e assistências dos filhos de operários” (GOMES, 2003, p. 28).

Em Campinas, após as profundas transformações ocorridas no município durante a primeira república, a criação de Parques Infantis inicia-se no ano de 1940, quando é inaugurado o primeiro parque, localizado no bairro do Cambuí. O segundo parque fora inaugurado dois anos mais tarde, em 1942, sendo este localizado na Vila Industrial - bairro operário de Campinas.

Outros parques foram criados, majoritariamente ao longo das décadas de 1940 e 1950, seguidos também pelos Recantos Infantis, os quais tinham o mesmo objetivo dos parques, diferenciando-se destes em aspectos organizacionais e pelo tamanho de suas instalações, uma vez que eram menores territorial e estruturalmente.

¹ Segundo Amaral (2001a; 2001b; 2003), as primeiras iniciativas públicas de lazer na cidade de Porto Alegre começaram em 1926, por incentivo de Frederico Guilherme Gaelzer, com a criação do primeiro Jardim Praça ou Jardim de Recreio. Tal iniciativa seria incorporada, futuramente, pelo Serviço de Recreação Pública desta cidade, fundado em 1951, sob direção de Gaelzer. A importância e repercussão desta iniciativa devem-se ao fato desta ser pioneira no âmbito da recreação pública no Brasil.

Segundo o documento “Relatório de Atividades Realizadas em 1958”, produzido pelo Departamento de Ensino e Difusão Cultural² (DEDC), órgão criado no ano de 1946 e responsável, a partir de então, pelos PÍ’s e RÍ’s, o município de Campinas totalizava, naquele ano, oito parques infantis e quatro recantos infantis localizados em diversos bairros da cidade, atendendo crianças de 3 ou 4 à 6 anos, como também de 7 à 12 anos no contra turno escolar, as quais recebiam atendimento médico, dentário e nutricional, aulas de educação física, educação recreativa e noções de agricultura no clube agrícola.

Os Parques e Recantos Infantis funcionaram no município de Campinas entre os anos de 1940 e 1981, data em que passaram com a Lei Municipal nº 5.157 de 10 de Novembro de 1981, a serem denominados como Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIS (RAMOS, 2010).

Sendo assim, este trabalho tem por objetivo, a partir da análise de fontes documentais (iconográficas e textuais), tecer uma discussão acerca das origens do lazer como projeto pedagógico e educativo, inicialmente desenvolvido, nos Parques e Recantos Infantis da cidade de Campinas, sob a forma das diversas práticas ministradas nestas instituições, com atenção para as disciplinas de Educação Física e Educação Recreativa, no período compreendido entre 1940 e 1960.

A escolha do recorte temporal justifica-se pelo fato deste abranger a inauguração dos dois primeiros e mais significativos PÍ’s de Campinas, dos RÍ’s e do Departamento de Ensino e Difusão Cultural, responsável por estas instituições e por outras ações sociais, assistenciais e culturais no município.

Não menos importante à escolha do recorte temporal, consideramos também o fato deste período ser caracterizado pela afirmação dos direitos trabalhistas por meio da Consolidação das Leis de Trabalho - CLT³ e de não repressão, ao menos não declarada e explícita, dos direitos de imprensa e da liberdade de expressão, cenário que muda completamente após a década de 1960, especialmente a partir do golpe militar de 1964, influenciando de maneira significativa a sociedade brasileira como um todo e por consequência a elaboração e implementação de políticas públicas.

² O Departamento de Ensino e Difusão Cultural e sua relação com os PIs será abordado no segundo capítulo.

³ Sancionada em 1 de maio de 1943, pelo então presidente Getúlio Vargas, o Decreto-lei n. 5.452, que dispôs sobre a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), unificou toda legislação trabalhista existente no Brasil até então e regulamentou as relações trabalhistas, tanto do trabalho urbano quanto do rural.

Acerca da metodologia, utilizamo-nos de uma pesquisa bibliográfica e documental, recorrendo a autores da educação, da história e da educação física para dar conta de responder às nossas inquietações e dialogar com as fontes encontradas. Foram consideradas fontes primárias todos os documentos oficiais ou não oficiais do período em questão e que tratavam da temática do estudo, sendo estes relatórios, decretos e leis da Prefeitura Municipal de Campinas, artigos de jornais, fotografias e documentos produzidos pelo DEDC, Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo e pelos Parques Infantis, que foram encontrados no Centro de Memória da UNICAMP, no Arquivo Municipal de Campinas, no Museu da Imagem e Som de Campinas e na EMEI “Celisa Cardoso do Amaral⁴”, antigo Parque Infantil da Vila Industrial, local onde encontramos a maior parte das fontes primárias.

Ampliando o sentido de documento, as fotografias encontradas também foram pensadas de modo a se constituírem como tal, acrescentando contribuições valiosas ao estudo e provocando mudanças qualitativas na pesquisa. Nas palavras de Ciavatta e Alves (2004),

As fotografias são mundos de relações silenciosas, densas, congeladas no tempo mínimo do obturador. Mundos de seres calados e imóveis que devem ser decifrados a partir do contexto onde se encontram, na história de sua relação com os demais seres, tanto pessoas quanto objetos (p. 45).

Deste modo, todas as fontes foram pensadas de acordo com o que nos coloca Le Goff (2003), para o qual

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma imagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O documento é monumento. (p. 537-538)

Ainda sobre a metodologia, destacamos a dificuldade em encontrar fontes pertinentes ao estudo, uma vez que a Prefeitura de Campinas não mantém nenhum arquivo organizado. Embora haja o Arquivo Municipal, todo o material sobre os PI's e RI's encontra-se fragmentado e

⁴ Artigos de jornais e fotografias foram encontrados na EMEI “Celisa Cardoso do Amaral”, em virtude de um projeto desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Campinas chamado Projeto Memórias, que consiste na recuperação da história da escola por meio de documentações, registros de colaboradores e declarações de suas experiências na época em que lecionavam na unidade. O projeto é baseado no Programa de Memória e Identidade: Promoção da Igualdade na Diversidade (MIPID).

disperso, muitas vezes armazenados em condições precárias ou ainda guardados em arquivos pessoais, correspondendo à cronologia e conteúdo variados.

Desta forma, no início da pesquisa tivemos dificuldade para “rastrear” os documentos. Depois de procurar em arquivos diversos, chegamos à EMEI “Celisa Cardoso do Amaral”, que no ano de 2010 estava localizada no salão de uma paróquia, pois o seu prédio original, localizado na Avenida das Amoreiras, número 01, na Vila Industrial, estava em reforma. Devido à mudança de prédio, grande parte dos documentos organizados pelas professoras da escola – Projeto Memórias – estava guardada em arquivos em uma pequena sala do prédio em reformas, dificultando o acesso naquele momento. Sendo assim, tive acesso apenas a alguns recortes de jornal e algumas fotografias que estavam no local improvisado para a escola.

Somente no segundo semestre de 2011, já com a EMEI funcionando em seu prédio original, consegui ter acesso a documentos, artigos de jornais e fotografias que até então não tinha encontrado em lugar algum.

Outra dificuldade encontrada durante a pesquisa foi o fato de que a maioria dos documentos e artigos de jornais encontrados dizem respeito somente à vida administrativa e burocrática dos PI's e RI's. Há poucos documentos escritos que tratam diretamente da rotina diária e das práticas realizadas nestas instituições, como por exemplo, um plano político pedagógico ou mesmo um plano de aula.

Um aspecto importante a ser ressaltado é o fato de que apesar do grande número de Parques e Recantos Infantis que funcionaram em Campinas, nossas fontes iconográficas são compostas por algumas fotografias do PI “Violeta Dória Lins” (Cambuí) e, em sua maioria, por fotografias do PI “Celisa Cardoso do Amaral” (Vila Industrial), levando-nos a pensar que, para além de serem os primeiros PI's criados no município, estes também foram os mais significativos.

Sendo assim, para o desenvolvimento deste trabalho o texto será composto, para além desta introdução, por mais dois Capítulos e Considerações Finais.

O primeiro capítulo trará uma pequena discussão sobre a necessidade de controle do tempo livre pela classe dominante e a conseqüente institucionalização do lazer, culminando no surgimento de propostas e iniciativas voltadas a este propósito, como é o caso dos PI's e RI's. Abordaremos ainda os aspectos históricos e sócio-culturais mais amplos (panorama nacional e,

mais especificamente, paulistano), bem como os mais específicos (campineiro), que levaram à criação destas instituições no município de Campinas.

No segundo capítulo apresentaremos os Parques e Recantos Infantis de Campinas, sua relação com o Departamento de Ensino e Difusão Cultural, bem como seus aspectos estruturais, organizacionais e pedagógicos. Sendo assim, dividido em seções, o capítulo trará discussões sobre a estrutura e localização destas instituições, o público atendido, o horário de funcionamento, o quadro funcional, a rotina, bem como as diversas atividades realizadas nestas instituições, como a assistência alimentar, médica e odontológica, os Clubes Agrícolas, as aulas de desenho e dramatizações, e as aulas de educação física e educação recreativa.

Por fim, nas Considerações Finais, apontaremos um possível caminho ou conclusão, demonstrada, a partir das investigações e análises das fontes e da bibliografia consultada nos capítulos anteriores, tentando atender ao objetivo da pesquisa e aos questionamentos inicialmente elaborados.

1. Aspectos Históricos e Sócio-Culturais

O lazer é um fenômeno moderno, com origem pós-revolução industrial, que somente pode ser compreendido diante das severas mudanças e transformações sociais que esta revolução⁵ proporcionou, sendo a divisão entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho fator crucial para sua institucionalização, ou seja, para sua organização enquanto conjunto de normas capazes de regular as práticas realizadas, principalmente pela população operária no tempo livre.

Foi diante à mudança no estilo de vida de toda uma população, resultado dos desenfreados processos de industrialização e urbanização, que o período de trabalho passa a ser quantificado, medido e controlado, passando o período de não-trabalho, a ter significados e conseqüências, sendo objeto de interesses conflitantes, negociações e disputas.

Com o objetivo de fiscalizar os divertimentos, combater os vícios, moralizar e higienizar possíveis práticas perniciosas durante o tempo livre; fez-se necessária a “organização dos lazeres” (DUMAZEDIER, 1980; 1999), implicando

“[...] a produção do lazer enquanto **dispositivo**⁶ e, ao mesmo tempo, a retirada de inúmeros usos do tempo livre do terreno do desconhecido, da informalidade e da invisibilidade para inseri-los na luminosidade das pesquisas institucionais, quando se pode distinguir e separar o lazer do ócio” (SANT’ANNA, 1994, p. 20, grifo nosso).

Neste sentido, fez-se necessária a criação de instituições capazes de cumprir este papel, como é o caso dos Parques Infantis na cidade de São Paulo e futuramente no município de Campinas. Para compreendermos o seu processo de implementação pretendemos, neste capítulo, apresentar os aspectos históricos e sócio-culturais que levaram a institucionalização do lazer, bem como os fatores que influenciaram a criação destas instituições na cidade de São Paulo e, principalmente, em Campinas, enfatizando o contexto nacional, paulistano e campineiro.

⁵ As mudanças e transformações ocasionadas pela Revolução Industrial estão integradas num contexto histórico, social e cultural complexo, no qual não podemos deixar de considerar a Revolução Francesa, também de suma importância para o período. Estas duas revoluções proporcionaram uma significativa mudança na história da humanidade, não somente em seus países de origem, mas em todo o globo. Nas palavras de Hobsbawn (1989) “[...] não seria exagerado considerarmos esta dupla revolução – a francesa, bem mais política, e a industrial (inglesa) – não tanto como uma coisa que pertença à história dos países que foram seus principais suportes e símbolos, mas sim como a cratera gêmea de um vulcão regional bem maior (p.18).

⁶ Baseada nas idéias de Michael Foucault, Denise Sant’Anna coloca o lazer como um dispositivo no sentido de englobar discursos, instituições, organizações arquitetônicas, leis, medidas administrativas, dentre outros elementos e mecanismos que exercem uma função estratégica dominante.

1.1. Trabalho, Tempo Livre e Lazer: os rumos da institucionalização

“[...] a ociosidade é a mãe de todos os vícios
(TAUNAY, 1977, p.400 apud SANT’ANNA, 1994, p.24)”.

Segundo Magnani (2001), para as sociedades pré-capitalistas, cujos ritmos de trabalho, descanso e celebrações eram regulados pelos ciclos da natureza e pelo calendário religioso, nem se pensava na idéia de lazer, pelo menos da forma como este é concebido após a sociedade industrial. Nestas sociedades não se observavam a fragmentação do tempo social e das atividades nele desenvolvidas, sendo que o ócio, o trabalho, o tempo com a família, o descanso e as demais atividades desenvolvidas se confundiam no tempo sem ocasionar grandes problemas ou preocupações (MARCASSA, 2002).

Somente a partir do século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, é que a noção de tempo sofre profundas modificações, vindo a interferir diretamente na vida social do homem moderno, urbano e trabalhador que a nova ordem social exigia.

Dentre as diversas e significativas modificações ocasionadas pela Revolução Industrial e pelo modelo econômico capitalista, a racionalização do tempo, sem dúvida alguma, foi incisiva e radical. O antigo relógio “natural”, para o qual o tempo de trabalho se alargava ou comprimia de acordo com as necessidades do homem, foi substituído por um relógio mecânico, construído com o intuito de racionalizar, controlar e fiscalizar o tempo do homem moderno, urbano e trabalhador.

Desta forma, a eminente e inevitável industrialização trouxe consigo, mais do que a racionalização do tempo, a ressignificação cultural da representação deste conceito, vindo inaugurar uma nova lógica temporal, ou seja, a delimitação clara entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho, na qual a vida cotidiana do homem passou a ser medida e organizada em função de suas obrigações. Sant’Anna (1994, p.15) aborda esta divisão como historicamente construída e situa o tempo de trabalho como aquele que “[...] é vendido ao patrão [...]”, e o tempo livre como aquele “[...] que é comprado pelo trabalhador para a realização de outras atividades não necessariamente ligadas ao trabalho, como o descanso e a diversão”.

Muitos fatores contribuíram para esta nova divisão temporal, contudo, destaca-se o desenvolvimento das ciências físicas e químicas, o surgimento da máquina à vapor e conseqüentemente das fábricas mecanizadas que alteraram a relação do homem com o tempo,

com o trabalho e com a natureza, à medida que possibilitaram a aceleração da produção industrial de tal maneira que os produtos sintéticos fossem produzidos em quantidade superior ao que a natureza somente em milênios poderia obter, fazendo do homem, simultaneamente, senhor e escravo do tempo (SANT'ANNA, 1994).

Desataca-se ainda, que nas fábricas mecanizadas, o homem, para além de desenvolver o sentimento de domínio do tempo e da natureza, encontra nestes espaços de produção a glorificação do trabalho⁷, alimentando ilusões de produtividade sem limites.

Nesta perspectiva, a fábrica passa a ser entendida como o templo do capital, local onde tudo pode ser alcançado por meio da produção. Nas palavras de Decca (1991),

Essa descoberta delirante da fábrica como lugar, por excelência, no qual o trabalho pode se apresentar em toda sua positividade não só alimentou as projeções dos apologistas da sociedade burguesa, como também a de seus próprios críticos, na medida em que ela foi entendida como o momento de uma liberação sem precedentes das forças produtivas da sociedade. Assim, a fábrica que, ao mesmo tempo confirmava a potencialidade criadora do trabalho, anunciava a dimensão ilimitada da produtividade humana através da maquinaria (p. 8-9).

No entanto, foi também nos espaços das fábricas que o trabalho passou a expressar outras características, trazendo à tona elementos contrários à sua positividade e capacidade criadora.

Ao se tornar um dever incontestável, servindo para colocar o homem no domínio do mundo mas, ao mesmo tempo, a serviço do capital, o trabalho necessitou ser distanciado de elementos que outrora também lhe foram característicos, como a ludicidade, as distrações em geral. [...] Em meio às máquinas, o trabalho dividido por tarefas, setores de produção e medido em horas, em unidades gastas de energia, não admite ser permeado por momentos ou atitudes de diversão e descanso (SANT'ANNA, 1994, p. 17).

Desta forma, o homem passa a pagar um preço alto pela ilimitada capacidade produtiva e de produção de excedentes. Jornadas exaustivas e péssimas condições de trabalho⁸ eram enfrentadas por homens, mulheres e crianças, muitas vezes em busca de subsistência. Segundo Segatto (1987), os primeiros operários no Brasil chegavam a trabalhar de 12 à 15 horas por dia, sem direito ao descanso semanal remunerado, domingos, feriado e férias, de maneira que até por

⁷ O conceito de glorificação do trabalho vinha se desenvolvendo desde o século XVI quando Locke descobriu que o trabalho era fonte de toda propriedade (DECCA, 1991).

⁸ Sobre as condições de trabalho e a organização da classe operária no Brasil, ver: José Antonio SEGATTO (1997); Maria Auxiliadora Guzzo de DECCA (1983; 1987; 1990) e Cláudio BATALHA (2008).

volta de 1930, os horários dos trabalhadores dependiam das necessidades e da vontade dos patrões.

Tal situação culminou em constantes protestos e lutas, encabeçadas pelo operariado, por melhores condições de trabalho, bem como pela diminuição da jornada, direito às férias dentre outras reivindicações. Exemplos destas lutas no Brasil foram as greves de 1917 e 1918 em São Paulo, bem como os movimentos operários e anarquistas.

Nessa direção, o tempo livre é produzido historicamente, em meio às tensões e contradições do desenvolvimento capitalista, que por um lado ambiciona tornar todo o tempo de vida do homem tempo de trabalho e, por outro, é pressionado pelo movimento reivindicatório dos trabalhadores em favor da redução da jornada de trabalho (SANT'ANNA, 1994, p. 18).

No entanto, a consequência da lenta, porém esperada e conquistada diminuição da jornada de trabalho, foi o florescer de questionamentos e inquietações por parte da classe dirigente acerca dos usos do tempo livre. Afinal, o que o trabalhador faria neste tempo?

Tal preocupação fez deste alvo de pesquisas para diversas instituições sociais, como a polícia, a justiça e até mesmo a igreja (SANT'ANNA, 1994), constituindo a necessidade de “organização dos lazeres” (DUMAZEDIER, 1980; 1999). Sendo o ócio entendido como um tempo improdutivo, próprio ao desenvolvimento de vícios e práticas imorais, o lazer passa a ser tratado como a sua negação, como “[...] o “negócio” capaz de excluí-lo ou de tratá-lo. Esse tratamento implica a integração do ócio como uma ordem moral, racional e economicamente útil (SANT'ANNA, 1994, p.20, grifo da autora).

Para isso se fez necessário a normalização, ou seja, a institucionalização do lazer por meio de programas e espaços destinados ao controle e fiscalização das práticas e dos divertimentos. Foi preciso fazer com que o ócio fosse entendido e caracterizado como um problema social a ser corrigido, respondendo não somente à esfera moral, mas também a outras esferas sociais, por exemplo, econômica, política e médica.

Nesse contexto, são construídos espaços de lazer, como: jardins, clubes esportivos e programadas atividades de ginástica e educação física, em detrimento do botequim, das atividades que deslizavam à sombra das reuniões informais e encontros em que a gratuidade dos contatos e práticas sobrepunha-se às regras de higiene e de conduta moral que as autoridades civis e religiosas esforçavam-se para implantar nas cidades (SANT'ANNA, 1994, p.20).

A partir de 1930, portanto, são implantadas algumas iniciativas por parte da administração pública, sobretudo na cidade de São Paulo com este propósito. Exemplos destas iniciativas são: a obrigatoriedade da Educação Física nas escolas secundárias, a criação do Clube de Menores Operários⁹ e do Clube de Moças Operárias¹⁰, a Escola de Aplicação ao Ar Livre¹¹, bem como os Parques Infantis¹².

A criação destas instituições para o controle do tempo livre deu-se em meio a este turbulento e movimentado período. Contudo, não foram apenas as reivindicações por menores jornadas de trabalho e a preocupação da classe dominante em controlar o tempo livre do trabalhador que influenciaram à institucionalização do lazer como prática pedagógica e orientada, objeto de preocupação das elites, assim como do Estado.

Outras revoluções de âmbito educacional, médico, cultural, econômico e urbano, influenciaram neste processo; por exemplo, a nova forma de compreender a infância e a valorização desta etapa da vida, os novos pensamentos e idéias na área de educação, com destaque para o movimento Escolanovista, a Semana de Arte Moderna de 1922, os projetos de

⁹ Segundo Gomes (2003) o primeiro clube de menores operários foi instituído em São Paulo no ano de 1937, visando proporcionar educação, assistência e recreação para os trabalhadores adolescentes, responsáveis pelo contínuo engrandecimento econômico do país, de maneira que poderia colaborar também com a constituição de corpos disciplinados e aptos para o trabalho. Sobre o cotidiano do trabalhador e o lazer em São Paulo ver: RAGO, Margareth. A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900-1950. In: PORTA, Paula (org.). **História da cidade de São Paulo**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2004. DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **A Vida Fora das Fábricas: Cotidiano Operário em São Paulo (1920 – 1934)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Cotidiano de Trabalhadores na República: São Paulo – 1889/1940**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

¹⁰ Com intuito de proporcionar às moças operárias as mesmas oportunidades dos rapazes, o Clube de Moças Operárias, segundo Gomes (2003) dispunha de um programa de recreação com atividades físicas, manuais, dramáticas, musicais e sociais, visando sua aptidão para formar gerações futuras mais capazes e robustas.

¹¹ As escolas ao ar livre configuravam-se como instituições de externato, as quais apresentavam, segundo ideário médico da época, elementos de caráter curativo e preventivo. Com origem principalmente particular e filantrópica, essas instituições foram uma arma de combate à peste branca, ou seja, à tuberculose. Sobre as escolas ao ar livre ver: DALBEN, André. **Educação do corpo e vida ao ar livre: natureza e educação física em São Paulo (1930 – 1945)**. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2009.

¹² Sobre os Parques Infantis em São Paulo ver: DANAILOF, Kátia. **Crianças na Trama Urbana: as práticas corporais nos Parques Infantis da São Paulo dos anos 1930**. 176f. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: [s.n.], 2006. FARIA, Ana Lucia Goulart de. **Educação Pré-escolar e Cultura**. São Paulo: Editora Cortez, 2002. MICARONI, Silvana. **A Educação Física nos Parques Infantis da Cidade de São Paulo: 1947 a 1957**. Campinas, SP: Millennium Editora, 2010.

arquitetura e urbanização da capital paulistana, bem como a criação dos Parques Infantis e outras instituições mencionadas anteriormente – para o controle do tempo livre nesta cidade.

No próximo tópico apresentaremos alguma destas mudanças, retratando um pouco do contexto histórico nacional e estadual que levaram à implantação dos Parques Infantis em São Paulo, vindo a influenciar, sobretudo, a implantação dos Parques e Recantos Infantis no município de Campinas.

1.2. Nos Passos da Capital

A partir da década de 1920 a cidade de São Paulo passa por diversas mudanças e transformações nas mais diversas esferas sociais, advindas de um processo cada vez mais acelerado de urbanização e industrialização, bem como dos muitos movimentos resultantes deste, vindo culminar em diversas ações coordenadas pelo então prefeito Fábio Prado, para atender às novas demandas por educação, recreação, saúde e às preocupações acerca da disciplina social.

Para compreendermos o contexto em que se inseria a cidade de São Paulo, Nicolau Sevckenko (1992), no trecho a seguir, nos dá uma pista de como estava o “clima” paulistano neste período.

Desde os seus primeiros dias, o ano de 1919 trouxe uma inusitada excitação às ruas de São Paulo. Era alguma coisa além da turbulência instintiva, que o calor um tanto tardio de verão quase tropical da cidade naturalmente incitava nos seus habitantes. De tal modo esse novo estado de disposição coletiva era sensível, que os paulistanos em geral, surpresos com eles mesmos, e os seus porta-vozes informais em particular, os cronistas, se puseram a especular sobre ele. E logo, por toda a parte, se falava da felicidade especial de um ano novo que anunciava o fim dos três flagelos que atingiram a cidade, submetendo-a a aflições terríveis em 1918, os chamados “três Gês”: a Gripe (espanhola), a Geada e os Gafanhotos. Outras versões ampliadas denunciavam entre calafrios os “cinco Gês”, acrescentando àqueles também a Guerra (Primeira Guerra Mundial) e as Greves (as grandes greves de 1917 e 1918) (SEVCENKO, 1992, p.24).

No entanto, em contrapartida a esta excitação apresentada por Sevckenko, as condições de saúde e higiene da classe operária na cidade de São Paulo continuavam precárias e insuficientes ao longo da década de 1920 e início de 1930. De acordo com Decca (1987), “Embora epidemias como a de 1918 se tornassem mais raras, o “estado sanitário da capital” era considerado bastante ruim de maneira geral. Eram altos os índices de febre tifóide, desintéria, sarampo, lepra, meningite-cérebro-espinhal, tuberculose” (p. 39, grifo da autora).

Atrelada a isto, a capital paulistana experimenta também, entre as décadas de 1920 e 1940, um vertiginoso aumento de sua população, representado principalmente pela classe operária, formada, em sua maioria, por imigrantes vindos de diversos países da Europa, como Espanha, Itália e Portugal, o que viria somente agravar esta situação.

Observa-se então, que apesar da mudança de ânimo trazida com o fim provisório dos flagelos vividos pela população até então, o aumento populacional traz novas aflições e desafia a classe dominante a traçar novas estratégias em busca de um novo ideal de homem e de sociedade, em consonância com o moderno, civilizado, ordenado e limpo, ou seja, aliado ao novo projeto de nação (RAGO, 1985).

Mediante tais preocupações, o lazer ganha espaço na agenda do poder público e de instituições civis empenhadas em higienizar e disciplinar a capital paulistana. Nas palavras de Rago (1985, p. 12),

Indícios de uma anormalidade social, as práticas populares de vida e de lazer dos trabalhadores febris, dos improdutivos, dos pobres, das mulheres públicas, das crianças que vagueiam abandonadas nas ruas vão se tornando objeto de profunda preocupação de médicos-higienistas, de autoridades públicas, de setores da burguesia industrial, de filantropos e reformadores sociais, nas décadas iniciais do século XX.

Desta forma, constantemente associados aos maus hábitos de saúde, higiene, degradação dos costumes e práticas, a classe operária passa a ser alvo de projetos de disciplinarização e civilização dos costumes.

Segundo Decca (1987), a imprensa operária em São Paulo chegou a denunciar a presença da classe dominante nos bairros operários, durante os anos 20 e início dos 30, fazendo-se presente nas associações recreativas, nos clubes de esportes, no futebol de várzea e dentre outros espaços de lazer desta população na tentativa de exercer controle direto sobre as atividades de lazer do proletariado, que surgia como força social importante na cidade, configurando-se como uma ameaça à ordem vigente.

No esforço de produzir um “[...] “lazer mais saudável e produtivo” para o operariado no sentido de torná-lo mais “disciplinado e ordeiro”” (DECCA, 1987, p. 89), a classe dominante e

instituições como a igreja esboçaram algumas iniciativas como o patrocínio do futebol de várzea e do esporte, e o Centro Operário Católico Metropolitano¹³.

Para além destas, outras iniciativas voltadas ao atendimento dos filhos dos operários, bem como da juventude operária foram implantadas na “cidade disciplinar” (RAGO, 1985). Assim como mencionado anteriormente, os Clubes de Menores Operários, o Clube de Moças Operárias, a Escola de Aplicação ao Ar Livre e os Parques Infantis são exemplos de instituições voltadas a estes objetivos.

Diferentemente do patrocínio do futebol pela classe dominante ou de festas sociais e ações de “benemerência” organizadas pelo Centro Operário Católico Metropolitano (DECCA, 1987); percebe-se, a partir das iniciativas dos Clubes Operários, da Escola de Aplicação e dos Parques Infantis, uma preocupação com a infância e a juventude que antes não havia.

Acreditamos que este fato tenha ligação com a visibilidade que a infância¹⁴ ganha no século XX e com as teses desenvolvidas pelos higienistas para a estruturação de serviços de educação e propaganda sanitária, o que pode ser observado no cenário nacional com a valorização da criança na ditadura do Estado Novo, sendo esta, alvo de preocupação das autoridades governamentais, uma vez que passa a ser vista como necessária para a formação de uma raça forte e sadia (Kramer, 1987).

Ainda em âmbito nacional, ao longo da década de 1940, o governo Vargas cria diversos órgãos destinados ao atendimento à infância, objetivando garantir o futuro das gerações futuras. Nesta época cria-se o Departamento Nacional da Criança – DNCR e o Serviço de Assistência a Menores – SAM (RAMOS, 2010).

Desta forma, na cidade de São Paulo,

A disciplina do lazer, em função de uma maior adequação ao trabalho e à vida em um centro urbano que se industrializava e expandia de maneira crescente, foi buscada pelos

¹³ Mantido pela igreja católica, o Centro Operário Católico Metropolitano mantinha filiais em diversos bairros operários de São Paulo, como Lapa, Penha, Barra Funda, dentre outros. Tal instituição atuava na luta pela sindicalização operária católica promovendo obras sociais e de benemerência, bem como concursos e atividades preventivas quanto aos hábitos de à moral na direção de divertimentos são educativos. A instituição também mantinha um jornal, *O Operário*, que “[...] pretendia ter um empenho educativo e recreativo junto ao operariado” (DECCA, 1987, p. 90).

¹⁴ Sobre o tema “infância” ver: ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981; FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilan de Souza. **Historia social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo, SP: Cortez, 2009; ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Higiene de São Paulo (1918 – 1925)**. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2003.

poderes públicos de forma “idealizada” nos cuidados formativos com a criança, principalmente a dos meios proletários. As pretensões eugênicas que acompanharam os programas de saúde pública, em particular os destinados aos meios pobres – “degenerados física e mentalmente”, tiveram seu nos intuítos de preparação e preservação da criança pobre e proletária através de um meio ambiente sadio (DECCA, 1987, p. 91).

Num período marcado fortemente pelo pressuposto médico-higienista e pela formação do novo homem, em sintonia com uma sociedade pautada na ciência, na ordem e no progresso, as instituições de atendimento infantil, ao incorporar saberes científicos, reorganizam-se de modo à saúde física e moral para fazerem parte de uma educação capaz de garantir um futuro promissor à nação.

Todavia, acrescidos a este cenário, não podemos nos esquecer de mencionar a Semana de Arte Moderna de 1922 e o movimento Escolanovista, os quais trazem contribuições significativas no âmbito cultural e educacional, influenciando de maneira singular a criação e o funcionamento dos PI's na capital paulistana.

Inicialmente organizados pela iniciativa da Cruzada Pró-Infância, dirigida por Pérola Byington, no início da década de 1930, os PI's na cidade de São Paulo são reorganizados mediante a instituição do Departamento de Cultura no ano de 1935, que tivera à sua frente o modernista, poeta e escritor Mário de Andrade, juntamente com Nicanor Miranda, chefe da divisão de Educação e Recreios deste departamento.

Segundo Dalben (2009), para Nicanor Miranda¹⁵ os PI's viriam como uma forma de sanar a falta de espaços recreativos adequados para a população infantil na cidade de São Paulo. Desta forma estes seriam espaços [...] para o preenchimento dos lazeres infantis, como um complemento às ações médicas realizadas na instituição escolar [...]” (DALBEN, 2009, p. 64).

Os PI's seriam, portanto, a iniciativa mais adequada para afastar as crianças das ruas e dos possíveis maus hábitos e vícios que poderiam vir a ter contato. Sendo assim, uma vez nestas instituições, as crianças “aprenderiam a brincar corretamente”, como se o brincar fosse algo a ser ensinado, mais do que isso, como se houvesse a forma correta e a forma errada de brincar.

Instalados em locais minuciosamente planejados, com métodos adequados ao desenvolvimento físico e mental, os PI's se configuravam, para além de espaços que ofereciam uma recreação orientada, em espaços onde o pensamento médico investiu numa educação

¹⁵ André DALBEN apresenta as idéias de Nicanor Miranda referindo-se à obra: MIRANDA, Nicanor. **A harmonia entre o corpo e o espírito**. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1945.

higiênica, oferecendo também às crianças serviços de assistência alimentar, médica e odontológica.

Consistindo em “[...] logradouros destinados à educação, recreação e assistências dos filhos de operários” (GOMES, 2003, p. 28), os PI’s passam, na administração de Mário de Andrade, a serem constituídos a partir de “[...] uma nova forma de olhar os princípios educativos peculiares à infância, diferente das instituições filantrópicas voltadas à disciplina rígida da infância pobre e das famílias operárias [...]” (RAMOS, 2010, p. 9).

Alguns anos mais tarde, aos moldes dos PI’s implantados em São Paulo, a cidade de Campinas, diante o panorama por nós descrito no próximo tópico, também viera a implantar o projeto de Parques Infantis.

1.3. O Contexto Campineiro

“A História é um carro alegre,
Cheio de um povo contente,
Que atropela indiferente
Todo aquele que a negue.”

Canción por la unidad latinoamericana
Chico Buarque

Originada em 1722, a partir de um grupo que desertou de uma bandeira¹⁶, a cidade de Campinas elevou-se a esta condição somente em 1842, após ter sido conhecida por bairro do Mato Grosso, freguesia de Campinas do Mato Grosso e vila de São Carlos.

De um pouso de tropeiros, Campinas aos poucos se tornou um importante pólo econômico, urbano e industrial, de maneira que, Segundo Nascimento et al (1999), já na década de 1870 podia-se observar fortes sinais de urbanização e crescimento industrial, com a presença de inúmeros serviços urbanos, como ferrovia, correio, telégrafo, iluminação e gás, dentre outros.

Impulsionada pela cafeicultura e pelo importante entroncamento ferroviário ali presente, Campinas ganhou força econômica e política, principalmente durante a primeira república, uma vez que com a implantação do regime republicano.

¹⁶ O termo “bandeira” refere-se aos grupos formados pelos Bandeirantes, movimento que surgiu a partir do século XVI, em São Paulo. Sobre as bandeiras e o movimento bandeirante em São Paulo ver: TAUNAY, Affonso de E. **Historia das bandeiras paulistas**. 3. ed. São Paulo, SP; Brasília, DF: Melhoramentos: INL, 1975.

[...] os fazendeiros de café, que já se constituíam em elite econômica, passaram a fazer parte ativa da elite política nacional que conduzia os destinos da nação brasileira, podendo, deste modo, consolidar seus interesses tanto econômicos quanto políticos. (NASCIMENTO et al, 1999, p. 33)

Tal fato alterou não somente a vida política e econômica campineira, mas também influenciou de maneira significativa a dinâmica social e cultural da cidade, acelerando definitivamente seu processo de modernização.

No início da década de 1920 a população de Campinas totalizava 115.567 habitantes (BAENINGER, 1996), sendo esta composta por estrangeiros, em sua maioria imigrantes italianos, portugueses, espanhóis e alemães, bem como por negros e demais etnias.

A força de trabalho empregada no campo era assalariada e formada por colonos, pequenos proprietários e negros agregados, enquanto na área urbana resumia-se aos operários, empregados do comércio e profissionais liberais.

Diante deste cenário, na década de 1920 observa-se não somente um acelerado crescimento na economia, mas também em diversos outros setores e esferas sociais. O desenvolvimento e efervescência das atividades culturais, por exemplo, é visto neste período pelo grande número de associações beneficentes, de auxílio mútuo e de categorias profissionais presentes na cidade. Outras associações e instituições recreativas, culturais e educacionais também foram criadas, como clubes e sociedades esportivas, dançantes, artísticas, intelectuais; dentre outras.

Presente nesta excitação cultural, a imprensa campineira também desempenhava importante papel, sendo responsável pela consagração de muitos intelectuais. Jornais como *Correio Popular* e *Diário do Povo*, ainda hoje presentes e ativos, já se configuravam como os mais importantes do período. Para além destes, outros jornais de menor expressão também circulavam e representavam grupos específicos e seus interesses, por exemplo, o jornal *O Getulino*, “[...] órgão de defesa dos interesses dos homens de cor e de divulgação da cultura negra de maneira geral [...]”. (NASCIMENTO et al, 1999, p. 35)

As revistas também tinham espaço na sociedade campineira, contando com diversos colaboradores, inclusive personalidades como Oswald de Andrade, Cassiano Ricardo¹⁷, dentre

¹⁷ Jornalista, poeta e escritor, Cassiano Ricardo Leite, nasceu em São José dos Campos – SP no ano de 1895. Participou do Movimento Modernista e de outros grupos que lhe sucederam. Explorou como poucos o Indianismo e seu livro mais conhecido, intitulado *Martim Cererê* (1928), foi traduzido para diversos idiomas e foi ilustrado por Di Cavalcante.

outros. Os assuntos e temas que estas abordavam e se dedicavam eram os mais variados, como arte e literatura, esportes, atualidade, etc.

Há de se destacar ainda as livrarias, o cinema (casas de projeção) e o teatro da época, os quais juntamente com as bandas musicais e duas emissoras de rádio, compunham o panorama cultural campineiro.

No que concerne à educação, importante setor da sociedade, durante grande parte do século XIX, o número de escolas particulares em Campinas foi maior que o de escolas públicas, apresentando essas, inclusive, maior número de matrículas.

Contudo, este quadro passa a mudar no período republicano, quando para além de iniciativas privadas na área da educação, a cidade passa a contar com iniciativas do governo federal e estadual, aumentando significativamente o número de escolas públicas, especialmente de grupos escolares.

De acordo com Nascimento et al (1999, p. 45), os grupos escolares “[...] constituíam-se no que se pode chamar de uma nova modalidade administrativa e didático-pedagógica destinada ao ensino elementar”. Criados no estado de São Paulo por meio de um decreto lei em 1894, o número de grupos escolares cresce abruptamente, principalmente a partir de 1910, e o número de matrículas ultrapassa o das escolas particulares.

Durante a década seguinte, 1920, observa-se uma expansão do ensino primário, decorrente da criação e principalmente da ampliação do número de grupos escolares, os quais se consolidarão, até o final de 1930, em detrimento das escolas isoladas. Na década de 1940 nenhum grupo escolar foi criado, de forma que existiam ao final deste período 16 grupos escolares, mais as escolas rurais e algumas urbanas.

Para além dos grupos escolares e escolas primárias, havia em Campinas uma escola profissional, um ginásio e uma escola de formação de professores, todas mantidas pelo poder público, como também escolas estrangeiras, as quais eram mantidas pelo governo de outros países e destinavam-se aos imigrantes que residiam no município, sendo essas portuguesas, alemãs e espanholas.

Pode-se dizer que a realidade educacional do município era vasta, abrangendo escolas públicas, particulares, confessionais e filantrópicas, sendo essas primárias ou profissionalizantes.

Contudo, apesar de toda efervescência cultural e educacional observada, sobretudo nas décadas de 1920 e 1930, ao entrar nas décadas de 1940 e 1950 Campinas esteve praticamente

paralisada nestes dois quesitos, dado o fracasso das atividades culturais e a não evolução do sistema de ensino.

Já no que diz respeito à economia e urbanização não se pode dizer o mesmo. Segundo Badaró (1996), após a crise de 1929, momento em que a economia cafeeira sofreu forte abalo, Campinas manteve seu desenvolvimento, uma vez que a cultura do algodão, a qual vinha se desenvolvendo paralelamente à do café, sobretudo a partir de 1918, manteve altos preços durante toda a década de 1930.

De acordo com este autor, o grande abalo financeiro resultante da crise, principalmente aos setores ligados ao café, proporcionou um novo e definitivo impulso ao processo de industrialização, tornando Campinas uma cidade de economia predominantemente industrial, considerada um importante pólo econômico do interior do Estado de São Paulo.

Acerca deste processo de industrialização ocorrido em Campinas, Badaró (1996) acrescenta fatores como a proximidade de São Paulo, as facilidades de transportes proporcionadas pelo entroncamento ferroviário já instalado, a introdução de energia elétrica como força motriz, as boas condições da infraestrutura em geral, a excelência da vida urbana proporcionada pela cidade, o custo de vida, os salários inferiores aos da capital e os incentivos municipais (isenção de impostos e facilidades na compra de terrenos).

Contudo, o desenvolvimento do pólo econômico do interior paulista nem sempre ocorreu de forma amena e sem problemas. Apesar dos investimentos nos setores urbanos e industriais, Campinas ainda era uma cidade insalubre.

Ao longo das transformações decorrentes do rápido processo de urbanização e industrialização, a população do município cresceu abruptamente e, ainda que realizadas obras de saneamento e pavimentação após o surto de febre amarela¹⁸ que assolou a cidade entre 1889 e 1897, com intuito e preocupação referentes à higiene e saneamento, não foram consideradas expansões significativas da área urbana.

Sendo assim, junto ao binômio: higiene e saneamento, passa a ser associado à necessidade de uma significação cultural oriunda do orgulho da cidade (bairrismo) e do nível intelectual da sua elite dominante, ambos herdados do período cafeeiro (BADARÓ, 1996), tornando necessário

¹⁸ Segundo Carpintero (1996), o surto de febre amarela que se alastrou pela cidade de Campinas entre os anos de 1889 e 1897 configurou-se como uma verdadeira crise urbana, apresentando problemas não somente da ordem de saúde pública, mas também de ordem econômica e social.

um Plano de Melhoramentos Urbanos, com o objetivo de transformar Campinas novamente numa grande cidade.

Encomendado então, em 1934, para o engenheiro e arquiteto Prestes Maia, o Plano de Melhoramentos Urbanos, segundo Badaró (1996), consideraria a cidade sob seu aspecto funcional, dividindo-a em quatro funções, sendo estas: habitação, recreação, trabalho e circulação; sendo diretrizes para a recreação, área que nos é mais interessante neste trabalho, “[...] a criação de jardins, play-grounds, e centros comunitários (escolas) junto às habitações; e a utilização de sítios mais pitorescos, próximos à cidade, para amplas instalações de recreio” (BADARÓ, 1996, p. 149).

Neste sentido, de acordo com Badaró (1996),

O Plano de Melhoramentos Urbanos contemplou a necessidade de se dotar a cidade de amplos parques, com vegetação abundante e instalações completas que estimulassem a prática esportiva e proporcionassem oportunidade de lazer ativo para a população (p. 80).

Para tal foram previstas a construção de um Parque na Vila Industrial, a formação do Parque do Saneamento e do Parque do Taquaral, bem como a reforma e modernização do Bosque dos Jequitibás (BADARÓ, 1996).

Segundo o mesmo autor, Prestes Maia salientou a importância desta medida afirmando que o município tinha uma má educação no que diz respeito à prática esportiva, principalmente pela ausência de instalações esportivas adequadas.

O idealizador do plano fez também considerações acerca dos índices de correlação proporcional entre a área verde e o número de habitantes da cidade, sugerindo 3 medidas para alcançar o índice recomendado por urbanistas e higienistas, sendo estas:

1. mediante a criação, por lei, de arruamentos e pela construção, de pequenas áreas verdes próximas ou mesmo entremeando as habitações coletivas. Seriam chamados *play-grounds de quarteirão*;
2. mediante a criação de jardins médios nas unidades residenciais, com cerca de 10 a 25% da área total dos futuros arruamentos;
3. mediante a criação, pelo poder público, de grandes parques, associados a equipamentos esportivos, culturais e de lazer, com vegetação abundante, e tratamento paisagístico para estimular passeios de automóvel, e a frequência, pela população nas folgas semanais (BADARÓ, 1996, p. 81, grifo do autor).

Em meio a este cenário histórico e sócio-cultural campineiro, e às mudanças previstas pelo Plano de Melhoramentos Urbanos, especialmente a construção e ampliação de áreas verdes destinadas à recreação da população, é que os Parques e Recantos Infantis serão pensados e instalados no município a partir de 1940, atuando na ocupação do tempo livre dos filhos do operariado.

No próximo capítulo abordaremos estas instituições, apresentando sua estrutura, suas particularidades e ações desenvolvidas com o objetivo de controle e fiscalização dos divertimentos, bem como da higiene e formação da infância proletária.

2. Os Parques e Recantos Infantis

“Os grotões transformaram-se em jardins
 cortados ao meio pelas avenidas e pela
 sombra dos viadutos não há mais sapo.
 Nos jardins encontrareis recintos fechados
 Com instrutoras, dentistas, educadoras
 sanitárias dentro. São parques infantis
 onde as crianças proletárias se socializam
 aprendendo nos brinquedos o cooperativismo
 e a consciência do homem social”

Mário de Andrade

Em meio ao contexto apresentado, surgem a partir de 1940, aos moldes daqueles desenvolvidos na capital, os Parques Infantis na cidade de Campinas, seguidos, em 1951 pelos Recantos Infantis.

Localizado no Cambuí, um bairro com residências de alto padrão, o primeiro PI de Campinas fora construído na Praça Imprensa Fluminense, antigo Passeio Público¹⁹ do município. Suas atividades foram iniciadas, conforme Badaró (1976), no dia primeiro de dezembro de 1939, no entanto, a data oficial de sua fundação é o dia 2 de janeiro de 1940, quando se deu a inauguração oficial.

Conhecido como Parque Infantil do Cambuí, este tivera seu nome alterado mediante a Lei Municipal nº 383, de 6 de setembro de 1950, passando a chamar Parque Infantil “Violeta Dória Lins” em homenagem a uma professora, a qual desempenhou importante papel no magistério primário de Campinas.

¹⁹ Dotado de gruta, chafariz, lago artificial, coreto, serviço de petiscos e refrescos (BADARÓ, 1976), o Passeio Público de Campinas foi inaugurado em 5 de setembro de 1879. Construído pela iniciativa privada, o Passeio atendeu durante 60 anos a população campineira, proporcionando-lhe momentos agradáveis.



Figura 1: Parque Infantil do Cambuí (“Violeta Dória Lins”).

RAMOS, Maria Martha Silvestre. **História da Educação Infantil Pública Municipal de Campinas 1940-1990.** Bragança Paulista, SP: USF-dissertação de mestrado, 2001.

Sua construção acarretou no fechamento do Passeio Público e diversas modificações estruturais, as quais não agradaram a todos, como podemos observar neste trecho de um artigo publicado no jornal Diário do Povo,

Com início das obras que transformariam o nosso velho e popular jardim em parque infantil, foram sendo destruídas, uma a uma, todas as benfeitorias aí existentes: a gruta de cimento, o lago, a ponte, as ilhas artificiais, etc. O coreto foi transportado para a Praça Correia de Lemos, na Vila Industrial, onde permanece até hoje enfeitando o bonito jardim de fonte ao Teatro Municipal “Castro Mendes”. O seu artístico lustre a gás foi substituído por lâmpadas elétricas numa incrível carência de bom gosto e senso estético. (BADARÓ, 1976, p.3)

O fechamento do passeio público de Campinas, apesar das reclamações da população que usufruía deste espaço, seguiu a lógica do novo projeto de parques e espaços públicos que privilegiavam o contato com a natureza e a realização de atividades orientadas iniciadas pelo poder público na capital e neste município.

Nesse sentido, os parques públicos não seriam apenas o “pulmão da cidade”, mas espaços que substituiriam a contemplação da paisagem verde, o contato com a natureza e o ar livre, por atividades orientadas. Deveriam, antes, servir aos critérios de higiene e

moralização do trabalhador, cujos benefícios refletiriam na estética urbana e na educação da sociedade para o mundo do trabalho (DANAIOLOF, 2006, p. 61).

Depois de 26 anos de funcionamento, em 20 de abril de 1966, mediante a publicação do Decreto nº 2787, deu-se por encerradas as atividades do PI do Cambuí, sendo iniciadas as obras do atual Centro de Convivência. Inferimos que o fechamento precoce deste Parque Infantil se deu em função das características socioeconômicas do bairro, sendo um Centro de Convivência mais adequado para o nível dos moradores, os quais seriam mais esclarecidos e teriam mais condições econômicas, não havendo a mesma necessidade de um serviço de assistência como nos bairros mais populosos e operários.

O segundo e não menos importante PI campeiro foi inaugurado em 15 de outubro de 1942. Aprovada sua construção no Plano de Melhoramentos Urbanos, o referido PI fora construído numa área de nove mil metros quadrados na Vila Industrial, que diferentemente do Cambuí, era o bairro proletário e operário do município.

Conhecido como PI da Vila Industrial, este passou a ser denominado, em 1949, PI “Celisa Cardoso do Amaral”, em homenagem à educadora sanitária dos dois primeiros PI’s da cidade. Futuramente transformado na EMEI “Celisa Cardoso do Amaral” o antigo PI mantém até hoje o mesmo endereço de sua fundação e encontra-se em funcionamento.

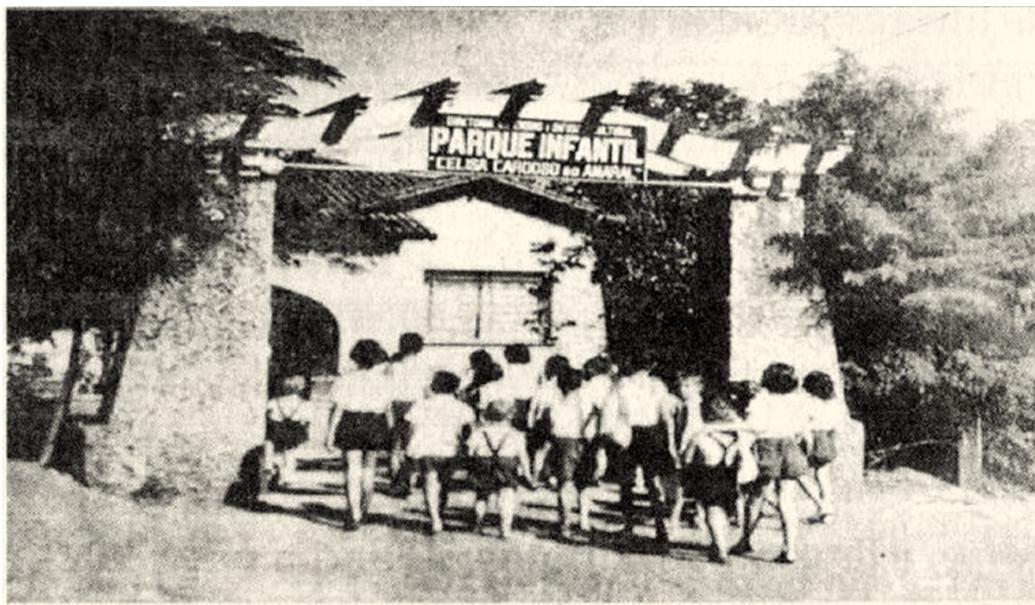


Figura 2: Parque Infantil da Vila Industrial (“Celisa Cardoso do Amaral”).
(RAMOS, Maria Martha Silvestre. **História da Educação Infantil Pública Municipal de Campinas 1940-1990.** Bragança Paulista, SP: USF-dissertação de mestrado, 2001.

Estes dois PI's, em funcionamento durante muitos anos, podem ser considerados os mais importantes e significativos Parques do município, educando, recreando e assistindo muitas crianças. Situação que viria a mudar apenas no ano de 1951, quando foram criados e inaugurados quatro Recantos Infantis e, futuramente nesta mesma década, no ano de 1958, foram inaugurados mais seis Parques Infantis, os quais tiveram suas atividades iniciadas neste mesmo ano.

Tal fato pode ser observado no “Relatório de Atividades Realizadas”, referente ao ano de 1958, elaborado pelo Departamento de Ensino e Difusão Cultural – DEDC,

A Secção de Assistência-Sócio Educacional contava até 1957 com 2 parques, 4 recantos infantis, 6 clubes agrícolas e 6 gabinetes dentários. Em 1958, graças às determinações do Exmo. Prefeito Municipal e ao esforço dinâmico do ilustre professor Mário Giannini, Secretário de Educação e Cultura, que tão bem soube compreender a alta finalidade dos parques infantis, foram inaugurados mais seis parques, a saber:

- 1- Parque Infantil do Jardim Proença, inaugurado em 20-9-1958;
- 2- Parque Infantil do Taquaral, inaugurado em 21-9-1958;
- 3- Parque Infantil do São Bernardo, inaugurado em 27-9-1958;
- 4- Parque Infantil da Vila Marieta, inaugurado em 27-9-1958;
- 5- Parque Infantil do I.A.P.C., inaugurado em 28-9-1958;
- 6- Parque Infantil da Vila Nova, inaugurado em 28-9-1958. (CAMPINAS, 1959, p.1)

Vale ressaltar que estas mudanças somente foram possíveis a partir da criação do DEDC, órgão responsável por diversas ações educacionais, culturais e assistenciais no município, o qual foi responsável por diversos projetos e planos para o desenvolvimento destas áreas na cidade.

No caso dos PI's e RI's, tais mudanças não foram apenas estruturais, como a inauguração de novas unidades, mas também organizacionais, de modo que após 1946, com a criação do DEDC, os dois parques infantis existentes em Campinas deixam de ser subordinados ao Gabinete do Prefeito, para o qual respondiam por todas as suas atividades e passam a responder, a prestar contas e a receber orientações deste departamento.

Para melhor entendermos o envolvimento do DEDC com os Parques e Recantos Infantis daremos sequência a este capítulo apresentando o DEDC e sua relação com os mesmos. Posteriormente apresentaremos os aspectos estruturais, organizacionais e pedagógicos destas instituições propondo uma discussão acerca de elementos como: a clientela, a formação do corpo docente e as atividades desenvolvidas nestes espaços.

2.1. Departamento de Ensino e Difusão Cultural: a organização do ensino e da cultura em Campinas

No ano de 1946, por iniciativa do então Prefeito Municipal Dr. Joaquim de Castro Tibiriçá, cria-se a Diretoria de Educação e Assistência, originária da Diretoria de Assistência e Alimentação (RAMOS, 2010), a qual era “[...] responsável pelos serviços de Instrução e Assistência, pela Assistência Médica, pela Inspeção de Alimentação e pelos cemitérios” (OLIVEIRA, 2000, p. 67).

Convidado pelo prefeito para assumir a responsabilidade de reorganizar tais serviços na cidade, o Dr. Ruyrillo de Magalhães, advogado e consultor jurídico do Sindicato dos Professores, atuando também como jornalista e professor, assumiu a direção da diretoria atuando em diversas frentes, inclusive na organização e orientação dos PIs e RIs.

Passando por mudanças estruturais, a referida Diretoria fora desmembrada de forma a se criar o Departamento de Assistência e Alimentação Pública e o Departamento de Ensino e Difusão Cultural – DEDC, o qual ficara sob o comando do Dr. Ruyrillo de Magalhães e trouxera mudanças significativas nos serviços de ensino, cultura e assistência no município de Campinas.

Os PIs e RIs ficaram subordinados ao DEDC, departamento que mais nos interessa neste trabalho e ao qual competiam os seguintes órgãos: *Gabinete do Diretor, Secção de Expediente, Secção de Difusão Cultural; Secção de Ensino; Secção de Assistência Sócio-Educacional; Biblioteca Pública Municipal; e Cinema Educativo*²⁰.

Como exemplo de suas atribuições, à *Secção de Ensino* cabia a responsabilidade de gerir as escolas urbanas e rurais, bem como os cursos noturnos do município. A *Secção de Difusão Cultural* era responsável pelas exposições do município, as conferências e administração dos prédios e das atividades do Teatro Municipal, da Pinacoteca, do Museu Municipal e do Bosque dos Jequitibás.

A administração dos PI's e RI's nesta estrutura deixara de ser vinculada ao Gabinete do Prefeito e passara a ser subordinada à *Secção de Assistência Sócio-Educacional*, à qual competia dar orientação administrativa e técnico-pedagógica aos estabelecimentos de assistência sócio-educacional, mantidos pela prefeitura, dentre os quais estavam os PI's e RI's.

²⁰ Sobre o Cinema Educativo ver: OLIVEIRA, Luciane Moreira de. **O Serviço de Cinema Educativo em Campinas – SP nos anos 50**. 139 f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

Contudo, no ano de 1956 esta estrutura viria a mudar mediante a Lei 1.441, de 2 de Janeiro de 1956, a qual cria a Secretaria de Cultura e Higiene. Nesta nova configuração o Departamento de Assistência e Alimentação Pública e o Departamento de Ensino e Difusão Cultural ficaram subordinados a esta Secretaria, a qual conjugava os assuntos relacionados à educação, assistência, cultura e higiene, demonstrando a forte ligação e influência do higienismo na atuação do poder público.

Em dezembro deste mesmo ano outra mudança ocorreu e de acordo com a Lei nº 1658, a Secretaria de Cultura e Higiene foi desmembrada em duas, sendo uma a Secretaria de Educação e Cultura, a qual ficou subordinada o DEDC; e outra a Secretaria de Saúde e Higiene, a qual ficou subordinada o Departamento de Assistência e Alimentação Pública (CAMPINAS, 1959, p.1).

Com esta divisão há uma separação entre a direção dada à higiene e à educação no município. Contudo esta divisão nos parece apenas burocrática, uma vez que os Parques e Recantos Infantis, bem como as escolas continuaram a apresentar forte influência higiênica e eugênica.

Dentre as diversas ações desenvolvidas pelo DEDC, destacamos a tentativa de organização dos serviços de Educação Física e Esportes do município, por meio da elaboração do Plano para a Organização dos Serviços de Educação Física e Esportes em Campinas, datado de 1947, como também a elaboração do Plano Municipal de Ensino, Educação, Cultura e Recreação elaborado pelo próprio Dr. Ruyrillo de Magalhães em 1955.

Acerca do Plano para Organização de um Serviço de Educação Física e Esportes, este fora elaborado e enviado para a aprovação do prefeito no ano de 1947. De acordo com o plano (CAMPINAS, 1947) seria criado o Serviço de Educação Física e Esportes, o qual estaria ligado ao DEDC e contaria com uma *Repartição Legal de Educação Física e Esportes, um Almojarifado Esportivo, Construção de Reparações de Material Esportivo e uma Biblioteca Pública Especializada*.

Para além dessas repartições, o plano prevê a prestação de diversos serviços, sendo estes: *Serviço Médico-Biométrico, Serviço de Parques Infantis, Serviço de Centros Municipais de Educação Física e Esportes, Serviço de Piscinas Municipais Públicas, Serviço de Difusão Popular de Bola ao Cesto e Voleibol*, e outros serviços criados a partir da necessidade verificada como *Bocha, Tênis, Futebol*; dentre outros (CAMPINAS, 1947).

No que concerne ao *Serviço de Parques Infantis*, diretamente ligado ao objeto de nosso estudo, o plano previa que a chefia de cada parque deveria caber a um professor de educação física, como também a elaboração de cursos para monitores de Parques Infantis, destacando o importante papel que a Educação Física e a Educação Recreativa tinham nestas instituições.

O plano menciona ainda a necessidade de construção de novos parques, uma vez que em 1947 apenas os Parques Infantis do Cambuí e da Vila Industrial estavam em funcionamento. Previa-se também que este serviço obedeceria às instruções do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo.

Contudo, somos levados a acreditar que este plano possivelmente não foi aprovado ou concretizado, ao menos até a data limite de nosso recorte temporal (1960). Pensamos desta forma, pois não encontramos documentos que comprovem a aprovação do plano, como também pelo fato de o Serviço de Educação Física, pensado para ser subordinado ao DEDC, não aparecer nos Relatórios de Atividades Realizadas produzidos por este departamento entre os anos de 1955 e 1958.

Já o Plano Municipal de Ensino, Educação, Cultura e Recreação apresenta um caráter mais abrangente, tratando das diversas *secções* subordinadas ao DEDC. Elaborado em 1955, pelo Dr. Ruyrillo de Magalhães, diretor do Departamento de Ensino e Difusão Cultural, foi encaminhado ao prefeito neste mesmo ano e aprovado pelo Decreto Municipal nº 675, de 20 de agosto de 1955.

De acordo com Magalhães (1955), sendo o DEDC um dos mais importantes órgãos da administração pública municipal, com campo de ação considerável e executando atividades complexas e de caráter especializado, faz-se necessária sua

“[...] organização o quanto possível perfeita, baseada em métodos modernos e racionais de trabalho, realizando as suas atribuições através de planos e programas adrede preparados e que objetivam a eficiência de seus encargos específicos e de ordem administrativa e técnico-pedagógica”. (p. 5)

Ainda de acordo com Magalhães (1955), havia que se coordenar o desenvolvimento harmônico do Departamento a fim de que o mesmo estivesse em condições de acompanhar o surpreendente progresso obtido pelo município de Campinas até aquele momento. Desta forma, visando organizar e dar novos rumos ao departamento responsável pelas ações destinadas ao ensino, cultura e assistência social na cidade de Campinas, o referido plano visava

“[...] em sua parte de realização material, armar a Prefeitura das necessárias diretrizes para, no setor do ensino, da assistência sócio-educacional, da difusão cultural e da recreação popular fazer face aos interesses básicos do nosso povo no que diz respeito ao seu aprimoramento educativo-cultural e a necessidade de recreação e assistência em seu alto e verdadeiro sentido”. (MAGALHÃES, 1955, p. 16)

Pode-se observar, no plano, em detalhes o que era designado a cada *secção* do DEDC, sendo competência da *Secção de Assistência Sócio-Educacional*, inspecionar, fiscalizar e orientar os Parques e Recantos Infantis, tanto urbanos quanto distritais, como também inspecionar, fiscalizar e orientar os trabalhos dos Clubes Agrícolas. Outras atribuições ligadas aos serviços médico-dentário, e de cunho organizacional, relacionado aos serviços assistenciais desenvolvidos pela prefeitura, e que também competiam à esta seção.

Após a criação deste departamento, outros Parques Infantis assim como os Recantos Infantis foram construídos, como mencionado anteriormente, sendo reformulados também os seus serviços de atendimento médico-dentário, de alimentação, bem como as atividades de educação física, educação recreativa e dos clubes agrícolas.

Todos os PI's e RI's respondiam ao DEDC e à seção responsável por sua administração, sendo elaborado anualmente um relatório de atividades, no qual constavam as suas realizações, orçamentos, gastos com alimentação, números de atendimento médico-dentário, números de matrículas; dentre outros dados.

Sob a administração do DEDC, considerados como verdadeiros “lares supletivos” (CAMPINAS, 1956), os PI's e RI's, de “[...] simples locais de recreação e práticas educativas elementares, foram transformados em verdadeiros centros de assistência sócio-educacional [...]” (MAGALHÃES, 1955, p. 28) fornecendo às crianças alimentação sadia e farta; atendimento médico-dentário; atendimento educacional, por meio de aulas de educação infantil, educação recreativa, educação física e dos clubes agrícolas; e dispensavam constantes preocupações com a educação básica das crianças em seus múltiplos aspectos, como: cívico, moral, higiênico, econômico e artístico.

2.2. Aspectos Organizacionais

Neste tópico apresentaremos alguns aspectos organizacionais dos PI's e RI's em Campinas, como sua infraestrutura, o público atendido, o horário de funcionamento, os requisitos

para a matrícula e frequência, a composição do corpo docente, bem como a rotina enfrentada pelos parqueanos.

Tanto os PI's quanto os RI's tinham os mesmos objetivos metodológicos, diferindo um do outro no tamanho de suas instalações e no quadro funcional.

Sobre as diferenças entre os PI's e RI's, ao considerar as instalações, os Parques Infantis eram localizados em áreas mais amplas que os Recantos Infantis, os quais normalmente eram construídos em áreas menores. No entanto, ambos eram cercados, arborizados e tinham uma sede adequada para atender às crianças.

As orientações e especificações sobre a localização que os Parques e Recantos Infantis deveriam ocupar, assim como outras diretrizes acerca de diversos aspectos destas instituições, incluindo especificações exatas de suas instalações, mobiliário, quadro funcional e atividades a serem desenvolvidas podem ser vistas em um documento produzido pelo Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, intitulado “Organização de um Parque Infantil”.

Ao se referir à localização, tal documento expõe que

Sendo os principais objetivos do Parque Infantil, educar e assistir a criança; deverá ser ele localizado em bairro populoso, de preferência operário, visando assim abranger uma população infantil mais densa e mais propícia a receber os benefícios que, por ele, o Município possa prestar. O terreno com uma área de 8 a 10.000 m² deverá ser plano e arborizado com árvores amplas de sombra (evitando-se arbustos e os tufos de plantas que possam servir de esconderijos) e deverá possuir abrigos e instalações necessárias ao bom funcionamento do serviço, além de aparelhos recreativos diversos e de um campo gramado para ginástica e demonstrações. (SÃO PAULO, s.d. (a), p. 02)

Toda a infraestrutura dos parques pode ser vista detalhadamente neste trecho de um artigo publicado em um jornal da cidade de Bauru, que se referia a uma visita realizada por uma delegação de estudantes bauruenses do Curso de Especialização Pré-Primária do Instituto de Educação “Ernesto Monte” ao Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” em Campinas.

Há no prédio do parque em foco um salão principal com mesinhas e cadeiras utilizadas em dias de chuva; aí também se encontram piano, vitrola e armários que guardam o material esportivo e o material feito pelas crianças.

Ladeando essa sala, pela ala esquerda, observamos gabinetes dentários, médico, copa e chuveiro para meninos. Na ala direita, biblioteca, diretoria e chuveiro para meninas. A biblioteca-museu é uma salinha um pouco “acanhada” aonde se veem estante que toma toda uma parede para livros, e outra um pouco menor que serve de museu, mesinha, cadeiras e uma prateleira para coleção de insetos, não faltando a barra decorativa. [...] No amplo terreno ainda observamos piscina própria para crianças, tanques pequenos de vadear, onde as crianças soltam barquinhos, tanques de areia, quadra para a prática de

cestobol, aparelhos de Educação Física (escadas horizontal e vertical, gangorra, etc.) balanços para os menores e ainda local para teatro ao ar livre. [...] Finalmente, mais ao fundo do terreno, localiza-se o galpão de refeições [...] (CASTRO, 1958).

Observa-se no artigo escrito pela professora Dorothy Gambetti de Castro, professora do Instituto de Educação “Ernesto Monte”, que os Parques Infantis em Campinas eram dotados de um espaço equipado para receber as crianças e desenvolver as atividades a que se propunham. A área contava com espaços abertos para a prática de atividades físicas, recreativas e dramatizações, e também com espaços fechados, sendo salas para os exames médicos e odontológicos, aulas de música, artes, biblioteca e local para as refeições. Observa-se também que nos Parques não faltava material, tendo desde piano e livros, até espaços e aparelhos para a prática de educação física, especialmente da ginástica, bem como de recreação, por exemplo, a gangorra. Acrescenta-se ainda à gama de espaços e materiais, brinquedos como *balanços, deslizador, passo de gigante, gaiolas, cadeirinhas giratórias e carrossel*, todos descritos e detalhados no documento “Organização de um Parque Infantil” mencionado anteriormente.

Devidamente equipados e oferecendo atendimento gratuito, os Parques e Recantos Infantis tinham muita procura e frequência. O grande número de crianças matriculadas inclusive pode ser visto nos relatórios anuais elaborados pelo DEDC, assim como a imagem a seguir, referente ao ano de 1956.

<u>Matrícula e frequência dos Parques e Recantos.</u>		
	<u>matriculados</u>	<u>Frequencia anual</u>
P.Inf."Violeta D.Lins" ...	255	37.055
P.Inf."Celisa Amaral"	494	84.488
Recanto Inf. nº 1.....	170	29.804
Recanto Inf. nº 2.....	256	34.030
Recanto Inf. nº 3.....	237	35.459
Recanto Inf. nº 4	137	29.221

Figura 3: Matrícula e frequência dos Parques e Recantos Infantis. CAMPINAS, Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Ensino e Difusão Cultural. **Relatório de Atividades Realizadas – 1956.** Campinas, 1957.

Apesar da intensa procura, o período de matrícula dos Parques e Recantos Infantis era constantemente divulgado nos jornais. Nestes anúncios eram divulgados mais do que informações sobre o dia e horários da matrícula, mas também as condições para a mesma,

constando a faixa etária, os documentos necessários, as condições médicas, bem como os deveres dos pais para com a frequência dos filhos nos Parques, enfatizando os benefícios da frequência e a importância de incentivarem os filhos a participarem de todas as atividades.

As condições para a matrícula são as seguintes: que a criança não tenha menos de 3 anos e mais de 12 anos; traga a certidão de nascimento; passe por uma inspeção preliminar de saúde, trate primeiro das moléstias de pele e contagiosas; use diariamente o uniforme do Parque ou Recanto; no dia da matrícula apresente-se e companhia de um dos pais ou pessoa responsável, exatamente na hora marcada (FUNCIONAVAM..., 1957).

Neste trecho de um anúncio publicado num jornal de grande circulação da cidade, observamos que o público atendido nos Parques e Recantos Infantis era de crianças de ambos os sexos, com idade entre 3 e 12 anos, que deveriam ter cumprido com suas obrigações civis (certidão de nascimento) e “higiênicas” (não ter moléstias de pele e contagiosas) e ter um responsável presente, primando pela participação dos pais e da família desde o momento da matrícula.

Ramos (2010) nos traz também que não era necessário aos pais apresentar atestado de trabalho, de forma que o público atendido era heterogêneo, contando com filhos de dentistas, comerciantes e de famílias tradicionais, bem como com filhos de operários e de mães que precisavam trabalhar como faxineiras, empregadas do comércio, lavadeiras, etc.

Ainda sobre a matrícula nos Parques e Recantos Infantis, o mesmo anúncio referido anteriormente, esclarece os deveres a serem cumpridos pelos pais ou responsáveis, como retribuição a todos os benefícios oferecidos aos seus filhos, devendo estes cumprir o seguinte:

[...] façam seus filhos irem diariamente ao Parque ou Recanto Infantil; que se interessem em fazer a criança ficar algumas horas no Parque ou Recanto Infantil, a fim de que ela aproveite realmente as vantagens da assistência, educação e recreação; que quando as crianças precisarem se afastar por motivo de doença, mudança ou transferência de um período para outro, disso deem conhecimento à direção do estabelecimento; que mandem as crianças ao Parque ou Recanto devidamente uniformizadas, bem limpas e trazendo nas sacolas os objetos exigidos (pente, escova de dentes, toalha); que cooperem, finalmente, na tarefa educativa do Parque ou Recanto, permitindo e aconselhando a seus filhos que participem de todas as atividades diárias: jogos, cantos, danças, ginástica, trabalhos manuais, horticultura, banhos de chuveiro e outras (FUNCIONAVAM..., 1957).

Podemos observar neste trecho o interesse dos Parques e Recantos Infantis no controle e disciplina das atividades realizadas pelas crianças, desde os cuidados com a higiene até o interesse pelas atividades físicas, recreativas e artísticas desenvolvidas.

O referido trecho nos dá ainda uma pequena idéia da rotina vivida nestas instituições ao exemplificar algumas das atividades desenvolvidas, as quais, de acordo com o documento “Currículo em Construção”, consultado por Basseto (2006), eram compostas e divididas por disciplinas educativas, sendo estas: Educação Infantil, Educação Recreativa, Educação Física e Educação Agrícola.

Acerca destas atividades, Ferreira (1996, p. 66-67) acrescenta que as mesmas eram divididas em três setores principais, sendo estes:

1. Educação física: exercícios físicos, natação, jogos, competições e dança ou ritmo;
2. Educação recreativa: aulas de desenho, narração, dramatização, declamação, educação musical, jogos sensoriais, rodas cantadas e cursos de trabalhos manuais;
3. Clube agrícola: visava inculcar nas crianças o amor pela horticultura e jardinagem, procurando também ministrar-lhes noções elementares de economia.

Na imagem a seguir, advinda de um documento produzido pelo Departamento de Ensino e Difusão Cultural, podemos observar a rotina, ou seja, como as atividades mencionadas por Ferreira eram divididas ao longo do dia.

<u>HORÁRIO DIÁRIO</u>		<u>1º período</u>		
<u>HORAS</u>		<u>1ª turma</u>	<u>2ª turma</u>	<u>3ª turma</u>
<u>Profs.</u>		<u>REUNIÃO</u>	<u>ORGANIZAÇÃO DE TURMAS</u>	<u>DEPARTAMENTO DA MANDEIRA</u>
8- 8.15				
8.15 -9	Educação Física	Assistência ao ensino	Atividade -1-2	
9- 9.50	Higiene-merenda	Educação Física	Assist. ao ensino	
9.50- 10	Repouso	Natação	Educação Física	
10-10,50	Atividade-2	Higiene e	Natação	
10.50- 11	" "	Merenda	Merenda e	
11- 11.50	Natação	Atividade 1-2	Higiene	
11.50- 12	Atividade 1-3-4	Atividade 3-4	Atividade 3-4	
12- 12.30	Atividades livres	Atividades livres	Atividades livres	
<u>2º PERÍODO</u>				
<u>PROFS.</u>				
12.30- 13	Atividades livres	Atividade 1-2	Atividade 3-4	
13- 13.30	Merenda e higiene	Atividade 1-2	Atividade 1-2	
13.30- 14	Merenda repouso	Merenda	Atividade 1-2	
14- 14.30	Atividade 3-4	Higiene	Merenda	
14.30- 15	Atividade -1	Atividade 3-4	Higiene	
15- 15.30	Educação Física	Assistência ao ensino	Atividades livres	
15.30- 16	Natação	Educação Física	Assist. ao ensino	
16- 16.30	Atividade 2	Natação	Educação Física	
16.30-17	Atividade 2	Atividades livres	Natação	

Figura 4: Rotina dos Parques e Recantos Infantis.
CAMPINAS, Departamento de Ensino e Difusão Cultural. Seção de Assistência Sócio-Educacional. **Horário Diário.** Campinas, s.d. (a).

O documento infelizmente não traz o que seriam as “Atividades 1, 2, 3 e 4” mencionadas no quadro. Porém acreditamos que estas sejam destinadas às atividades artísticas, manuais, aulas de música, de leitura ou mesmo dedicadas às dramatizações e ensaios para as festas religiosas e comemorações cívicas. As aulas de Educação Física, por sua vez, eram realizadas sempre nos

primeiros horários da manhã e nos últimos horários da tarde. Os conteúdos destas aulas são detalhados pelo DEDC em outro documento (imagem a seguir), sendo estas divididas inclusive por idade.

<u>1ª. turma: - 4 a 6 anos</u>	
1	Sessão de ginástica
4	Sessões de pequenos jogos
1	Sessão de dança
	Natação (diariamente)
2ª. turma - 7 a 9 anos	
1	Sessão de ginástica
3	Sessões de pequenos jogos
1	Sessão de grandes jogos
1	Sessão de dança
	Natação (diariamente)
3ª. turma - 10 a 12 anos	
2	Sessões de ginástica
1	Sessão de pequenos jogos
2	Sessões de grandes jogos
1	Sessão de dança
	Natação - (diariamente)

Figura 5: Programa Semanal de Educação Física nos Parques e Recantos Infantis Municipais. CAMPINAS, Departamento de Ensino e Difusão Cultural. Seção de Assistência Sócio-Educacional. **Programa Semanal de Educação Física nos Parques e Recantos Infantis Municipais.** Campinas, s.d.

Observa-se que a frequência das aulas de Educação Física aumenta conforme a idade das crianças, contudo, as sessões de ginástica nunca ultrapassam as sessões dedicadas à recreação, ou seja, aos jogos. Outro fato interessante é a presença diária da natação, o que inferimos estar ligada aos preceitos higiênicos do contato com a água, prezando pelo asseio das crianças, as quais também contavam com banhos diários.

Os aspectos “Educaçãois” e “Assistenciais” objetivados com estas atividades também podem ser vistos no documento “Organização de um Parque Infantil”, produzido pelo DEF-SP, correspondendo ao desenvolvimento educacional: a cultura física, intelectual, higiênica, cívica, moral e social da criança; e ao desenvolvimento assistencial: a assistência médica, social e alimentar (SÃO PAULO, s.d. (a), p.1).

Na tabela a seguir, adaptada do referido documento, podemos compreender melhor como os conteúdos a serem trabalhados nos Parques e Recantos Infantis correspondem a cada aspecto ligado à educação e à assistência.

Educação e Assistência	
Cultura Física	Pelas aulas de ginástica simples, rítmica e musicada; pelos torneios; pelos jogos de bola, de correr, saltar e esconder; pelos jogos imitativos, educativos e outros.
Cultura Intelectual	Pelas palestras; pela biblioteca, museu e coleções; pelos jornaizinhos das próprias crianças; pelo teatrinho infantil; pela música, canto e chorinho.
Cultura Higiênica	Pelo culto à saúde: por meio de aquisição de bons hábitos, como o asseio, a boa alimentação, etc.
Cultura Moral	Desenvolvendo o espírito de solidariedade; estimulando o cumprimento do dever em casa, na escola, no Parque, na rua e nos brinquedos.
Cultura Cívica	Pelas palestras, comemorações e dramatizações sobre: datas nacionais; brasileiros ilustres; festas cívicas; patriotismo e outros assuntos similares.
Cultura Social	Por meio de excursões, festivais, associações e clubes infantis.
Assistência Médica	Pelos exames clínicos prévios e periódicos no Parque ou nas Clínicas especializadas ou nos Centros de Saúde; pelos encaminhamentos às mesmas Clínicas especializadas e Centros de Saúde, quando o tratamento não possa ser procedido pelo próprio Parque; e pelo encaminhamento às Instituições de Assistência Infantil.
Assistência Social	Pelos fichamentos, onde serão observados os antecedentes, sanidade, meio e ambiente; pelos auxílios materiais, empregos, etc.
Assistência Alimentar	Pela distribuição de leite, lanche, sopa e outros alimentos.

Tabela 1. Aspectos da Educação e Assistência nos Parques Infantis.
SÃO PAULO, Secretaria de Educação e Saúde Pública. Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo.
Organização de um Parque Infantil. São Paulo, s.d. (a).

Quanto ao seu funcionamento, os Parques e Recantos Infantis inicialmente atendiam em dois períodos, sendo um pela manhã das 08:00 às 10:30, e outro à tarde das 14:00 às 16:30 (PARQUES..., 1956). Nesta configuração não era fornecido almoço, mas sim lanches reforçados, feitos com a produção dos Clubes Agrícolas – uma das atividades desenvolvidas nestes estabelecimentos. No entanto, no ano de 1956, em função de reivindicações populares, os Parques e Recantos Infantis passaram a atender em tempo integral,

No ano findo, foi ampliada a assistência prestada às crianças frequentadoras dos Parques e Recantos Infantis devido ao novo horário estabelecido para esses estabelecimentos que passaram a funcionar, ininterruptamente, das 8 às 17 horas. (CAMPINAS, 1957, p. 20)

Devido à mudança de horário, os PI's e RI's passaram a oferecer às crianças além do lanche, almoço e sobremesa, “[...] com um cardápio que contava com sopa concentrada, macarronada, bife, ovos e leite, complementado com sobremesas: frutas e doces.” (RAMOS, 2010, p. 29)

Em abril de 1957, o Prof. Mário Giannini, Secretário de Educação e Cultura instituiu o almoço para os que, por necessidade imperiosa, precisam passar o dia nesses estabelecimentos. Com essa louvável iniciativa, os Parques e Recantos Infantis supriram grande dificuldade de alguns parqueanos, chegando a prestar assistência completa a essas crianças (CAMPINAS, 1958).

Segundo Ramos (2010) a compra para o lanche, anteriormente realizada pelas próprias diretoras, passara, a partir deste momento, a ser realizada pelo Serviço de Merenda Escolar de Campinas, e em 1958 os Parques e Recantos Infantis passaram a fazer parte da Campanha Nacional de Merenda Escolar do Ministério da Educação e Cultura, iniciada em São Paulo no ano de 1957.

Acerca do quadro funcional, ambas as instituições contavam com profissionais especializados e profissionais para auxiliar nos demais afazeres. Contudo, por serem menores, os Recantos Infantis apresentavam um quadro funcional reduzido em comparação aos Parques Infantis.

Os Parques contavam com uma diretora, um secretário, uma professora de Educação Física, uma de Educação Recreativa, uma de Educação Infantil e uma encarregada do Clube Agrícola, bem como uma assistente de disciplina e um servente. Os Recantos, por sua vez, diferiam dos Parques pelo fato de não terem diretora, nem secretário, de forma que o cargo de direção era ocupado por uma professora encarregada para tal função.

O quadro funcional dos PI's e RI's pode ser visto em detalhes no “Relatório de Atividades Realizadas do ano de 1958” pelo DEDC, vindo a confirmar as diferenças anteriormente mencionadas.

IV - <u>RECANTO INFANTIL MUNICIPAL Nº 1</u>	
1 - Hilza G.Curti Salome	- Professôra Encarregada;
2 - Eglê Checchia Massen	- Auxiliar de Administração;
3 - Olívia de Godoy	- Servente (Aux.disciplina subst.);
4 - Albertina Fernandes	- Professôra;
5 - Sônia de Toledo Assumpção	- Professôra;
6 - Nanci Duran Alves Ribeiro	- Professôra, respondendo pela direção de Parque Inf.do Taquaral;
7 - Regina Yolanda Mewes	- Professôra;
8 - Jeny de Almeida S.Nogueira	- Professôra;
9 - Maria Antonieta G.Santos de Freitas	- Professôra;
10- Olga Pestiglione Gees	- Auxiliar de disciplina, prestando serviços no D.E.;
11- Carmen Suzana Kussama	- Professôra substituta de nº 6;
12- Orlando Justi	- Zelador;
13- Silvino Leite	- Jardineiro;
14- Tercília Ferreti Luna	- Servente;
15- Lucila Alves Ribeiro	- Servente;
16- Eliede Meino Antonio	- Servente substituta de nº 3.

Figura 6 : Quadro Funcional do Recanto Infantil nº 1.
 CAMPINAS, Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Ensino e Difusão Cultural. **Relatório de Atividades Realizadas - 1958.** Campinas, 1959.

III - <u>Parque Infantil "Celisa Cardoso de Amaral"</u>	
1 - Odacy Feelkel de Andrade Netto	- diretora;
2 - Odila Checchia Caruso	- Auxiliar de Administração;
3 - Luís Pires Barbosa Netto	- Dentista;
4 - Maria Eli Maia Grenadier	- Dentista;
5 - Semírames de C.e Silva Volpe	- Professôra;
6 - Neide Bonturi Sagradas Pauzer	- Professôra;
7 - Maria Aparecida Landre	- Professôra, respondendo pela direção de P.Inf.Vila Marieta;
8 - Elza Jonas da Cunha	- Professôra;
9 - Gladys Luz das Neves	- Professôra;
10- Yvene Jerge	- Professôra substituta de nº 7;
11- Dúvida Cirenaica Venturini	- Auxiliar de Disciplina;
12- Alzira Carmona Pedrese	- Servente;
13- Ana Francisca Dionísio Rencatte	- Servente;
14- Maria Aparecida Cunha	- Servente;
15- Ercília Ana Colomba Fernandes	- Servente;
16- Geraldo Dulberto Erbelato	- Servente;
17- Waldemiro Rodrigues Filho	- Jardineiro;
18- Waldemar Carazoli	- Jardineiro;
19- Izídie Furlan Franciscão	- Jardineiro;
20- Nelson Simões dos Santos	- Jardineiro;
21- Benédite Divine Lecatelli	- Jardineiro.

Figura 7: Quadro funcional do Parque Infantil "Celisa Cardoso do Amaral".
CAMPINAS, Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Ensino e Difusão Cultural. **Relatório de Atividades Realizadas - 1958.** Campinas, 1959.

Vale lembrar que, assim como nos Parques da capital paulistana, todas as professoras dos Parques e Recantos Infantis de Campinas deveriam ser formadas pela Escola Superior de Educação Física, ou por uma das demais escolas de educação física mantidas pelo governo federal, ou ainda, pelo Instituto de Higiene de São Paulo, o que demonstra o importante papel desempenhado pela educação física e pelo higienismo nestas instituições, demonstrado não somente pela presença do médico, mas também do professor de Educação Física.

Os Parques e Recantos de Campinas serviram, inclusive, como locais de estágio para as interessadas em assumir o cargo de professora. O estágio tinha duração de 06 meses e sua

regulamentação nestes estabelecimentos se deu mediante a Portaria nº 16 da Secretaria de Cultura e Higiene, de 09 de Junho de 1956.

Desta forma,

Em todos os Parques e Recantos há estagiárias, 3 na parte da manhã e 3 à tarde, as quais, sobre colaborarem ativamente com as diretoras e encarregadas, auxiliando as professoras nas aulas, e fazendo-lhes as vezes quando faltam, vão adquirindo um esplêndido tirocínio e fazendo jus a pontos que as colocarão bem nos concursos para provimento dos cargos no Parques e Recantos por criar no ano vindouro (FUNCIONAVAM..., 1956).



Figura 8: Professoras do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral”. 1946.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.



Figura 9: Grupo de Professoras. s.d.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.

Ao analisarmos os documentos e as fotos do período, não encontramos registros de professores do sexo masculino trabalhando nos Parques e Recantos Infantis, o que nos mostra o domínio feminino no trabalho com as crianças pequenas, estendendo-se até os dias de hoje, quando ainda vemos poucos homens trabalhando com esta faixa etária, e quando o fazem acabam encontrando resistência e preconceito por parte de pais e mesmo de profissionais da educação.

Depois do exposto até aqui, observa-se que as diferenças entre PI's e RI's eram, sobretudo, estruturais e administrativas, o que ainda pode ser confirmado, segundo Basseto (2006, p. 89-90) citando um documento da Prefeitura Municipal de Campinas, referente à Rede Municipal de Ensino, intitulado “Currículo e Construção” (1999, p.17), no qual

Os Parques e Recantos Infantis, guardadas algumas diferenças, eram instituições de cunho assistencial, educacional e recreativo, tinham por finalidade afastar as crianças da criminalidade, integrando-as num ambiente apropriado com atividades saudáveis e educativas, tendo como base conhecimentos da criança e seu desenvolvimento neuropsicomotor.

Desta forma, com proposta semelhante aos PI's de Mário de Andrade, o lema “educar, recrear e assistir” (FARIA, 2002), também pode ser observado nos PI's de Campinas, sendo estes propósitos ainda mais evidenciados na fala do Dr. Ruyrillo de Magalhães²¹, em entrevista concedida à RAMOS (2010, p.14),

Era tudo integrado, era uma educação integrada, completa [...] Educação não é só b-a-bá! Educação é viver, saber andar, saber vestir, saber tomar banho, saber cuidar de suas funções fisiológicas, isso é educação! Educação é um todo, é o mundo! É a instrução, o ensino e a cultura. Quando você ensina a cantar você está educando! Educar não é só ensinar a ler e escrever! Isso é básico. Isso é ensino básico, e eu estou falando de assistência sócio-educacional, ou seja, educação de base integral. E depois, dava muito civismo, aumentando o amor à pátria e as tradições históricas [...] tinha como objetivo a promoção da cultura nacional, o resgate das nossas tradições históricas enfim, a integração da cultura e do ensino, para ficar uma educação orgânica.

Na fala do diretor do Departamento de Ensino e Difusão Cultural fica ainda mais claro o papel desempenhado pelos Parques e Recantos Infantis na formação higiênica, por meio da alimentação, de noções de higiene pessoal, dos cuidados médicos e odontológicos; assim como cívica, a partir do resgate das tradições brasileiras e do amor à pátria, indo de encontro com o que

²¹ Advogado de formação, Dr. Ruyrillo de Magalhães assumiu a direção dos negócios de educação e cultura do município de Campinas em 1946, vindo a criar o Departamento de Ensino e Difusão Cultural no mesmo ano.

o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo previa para a Educação e Assistência nestes estabelecimentos, considerando os diversos aspectos da vida da criança.

2.3. Assistência Alimentar, Médica e Odontológica

Uma vez nos Parques e Recantos Infantis, para além dos cuidados educacionais, as crianças recebiam todo o atendimento alimentar, médico e odontológico que precisavam para o seu pleno desenvolvimento.

Seguindo orientações do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo e do Instituto de Higiene, os Parques e Recantos Infantis de Campinas tinham no serviço de alimentação, a esperança de sanar os problemas de subnutrição e desnutrição enfrentados pelo município mesmo após as melhorias feitas com o Plano de Melhoramentos Urbanos relacionados à higiene e saneamento.

A importância dada à alimentação para a formação de crianças fortes e saudáveis, futuro da nação, pode ser observada em matérias publicadas nos jornais da época como no trecho a seguir, no qual o autor coloca o problema da subnutrição como o maior do país, sendo este responsável também por outras doenças.

O problema da alimentação à infância é um dos mais importantes da Nação. Deve ser encarado com seriedade, patriotismo e, acima de tudo, com profundo sentimento humano. Tem suas raízes profundas na miséria doida que campeia por aí. Tudo o que se fizer no sentido de minorar uma situação verdadeiramente dramática ainda é pouco, considerando o número impressionante de crianças que necessitam de maior assistência e que precisam se alimentar melhor. Uma criança sadia, representa um amanhã mais radioso para o patrimônio humano da nação [...] Todos os problemas que afligem o País são graves. Nenhum, porém, é maior do que o problema da subnutrição. Não adianta pregar patriotismo quando as nossas crianças estão com as barriguinhas vazias. Quando vão para as escolas mal alimentadas. Desnutridas. Com os organismos sujeitos a todas as moléstias (INICIATIVA..., 1957).

Desta forma, o serviço de alimentação foi pensado desde o início dos Parques e Recantos Infantis em Campinas, quando ainda funcionavam em dois períodos separados, para suprir as necessidades nutricionais das crianças, uma vez que muitas delas não tinham alimentação adequada em seus lares.

Posteriormente, passando a funcionar em tempo integral, o serviço de alimentação passou por mudanças e se aprimorou, servindo, para além de lanches, refeições completas. Contudo

manteve o mesmo objetivo: suprir as deficiências nutricionais enfrentadas pelas crianças devido à pobreza de seus lares ou mesmo à falta de um familiar para cozinhar e servir-lhes adequadamente.

Neste sentido,

O serviço alimentar veio ampliar a função dos Parques Infantis. Antigamente, desde que foram instalados, existia a merenda escolar, leite e pão com goiabada ou similar, frutas, leite. Melhor dizendo, a merenda escolar ainda existe. A alimentação completa – o almoço propriamente dito – é uma inovação. Foi uma iniciativa do atual Secretário de Educação e Cultura, da Prefeitura, prof. Mário Gianini. Bastaria esse empreendimento para assinalar, de forma indelével, a sua passagem pelo alto cargo. Logo que assumiu a Secretaria, entrando em contato com os serviços, voltou suas atenções para o problema. Notou que mães deixavam seus filhos nos Parques, munidos de marmitas e latas com comida preparada de véspera, um “feijãozinho magro”, como se diz, alguns grãos de arroz [...] (INICIATIVA..., 1957, grifo do autor).

Com o funcionamento em período integral, as crianças recebiam duas merendas, uma na entrada e outra às 15 horas, além de uma refeição completa, à hora do almoço, balanceada e preparada por uma “dietista” (CASTRO, 1958).



Figura 10: Crianças tomando lanche. s.d.

Acervo do Museu da Imagem e Som de Campinas – Coleção Henrique de Oliveira Júnior.



Figura 11: Menina almoçando. [195?].
Acervo do Museu da Imagem e Som de Campinas – Coleção Henrique de Oliveira Júnior.

Sendo assim, pautado em preceitos científicos, ligados às necessidades biológicas do organismo humano, o serviço de assistência alimentar cuidava para que as crianças freqüentadoras dos Parques e Recantos Infantis recebessem todas as vitaminas e nutrientes necessários ao seu desenvolvimento físico e mental.

Tal fato pode ser comprovado por meio do documento produzido pelo DEDC e intitulado “Assistência Alimentar”, o qual oferecia orientações nutricionais aos professores, trazendo inclusive receitas e instruções para a cultura de raízes, hortaliças e frutas, que poderiam ser cultivadas nos Clubes Agrícolas²² ou mesmo nas residências dos parqueanos. Aliando a alimentação aos preceitos higiênicos, acreditamos que as orientações para o cultivo de alimentos nos Clubes Agrícolas e nas residências seja uma das estratégias encontradas pelo poder público para incentivar uma “cultura alimentar” adequada, se assim podemos dizer, pensando na manutenção e prevenção de doenças.

A partir do documento mencionado anteriormente, observamos também que nos Parques e Recantos Infantis a assistência alimentar não se dava apenas na alimentação das crianças, mas também por ensinamentos e noções básicas sobre este assunto, caracterizando-se como uma

²² Discorreremos sobre os Clubes Agrícolas no próximo tópico.

educação alimentar, a qual viria complementar os ensinamentos higiênicos ligados à atividade física, banhos e outras noções sobre cuidados pessoais, bem como na prevenção de doenças como já citado anteriormente.

De acordo com DEDC,

É no Parque e na Escola que a criança terá que formar sua mentalidade sobre a importância da alimentação na vida humana. O abandono, o esquecimento total do ensino da alimentação no parque e na escola é a causa mais importante dos males, que afligem a população infantil, no que respeita à saúde. Pela falta de ensino regular de higiene alimentar, entre nós, é que respondemos pela quantidade vexatória de indivíduos desnutridos e da elevação da mortalidade infantil em nosso país. Os ensinamentos que devem receber as crianças, em matéria de alimentação, são princípios que lhes permitem familiarizar-se com as regras e preceitos da arte de bem alimentar-se (CAMPINAS, s.d. (c)).

Ainda no que concerne à educação alimentar, fica-nos claro que a orientação acerca da alimentação feita aos professores era constante, porém, infelizmente não encontramos documentos ou pistas de como se dava o trabalho com as crianças para além do cultivo nos Clubes Agrícolas e de cartazes com orientações, cujas sugestões de texto também são dadas no documento anteriormente mencionado. Exemplo dos textos sugeridos para os cartazes são:

“Quer ser um menino “batuta”, coma legumes e frutas. Legumes, frutas e verduras, dão boa musculatura; Seja um banquete colosso, seja somente um almoço. Seja leite ou seja pão. Seja o que for antes disso. Lave essas mãos com sabão; Não coma apressadamente, mastigue bem os alimentos. Ora de um lado da boca, ora de outro; Quem janta e almoça à hora certa, seus intestinos liberta e evita as más congestões (CAMPINAS, s.d. (c)).

Seguindo os preceitos científicos e higiênicos previstos pelo documento, observamos que os textos sugeridos para os cartazes enfatizam a preocupação da mastigação adequada, da higiene das mãos, da necessidade de haver um horário certo para as refeições, como também o papel dos alimentos saudáveis em detrimento dos doces para o desenvolvimento físico.

Seguindo com os aspectos assistenciais, para além da alimentação, uma vez nos Parques e Recantos Infantis, as crianças recebiam todo o atendimento médico e odontológico que precisavam. Na figura a seguir, um quadro retirado do “Relatório de Atividades Realizadas” no ano de 1958 pelo DEDC, podemos observar o quão completo era este atendimento, contando com exames periódicos, exames biométricos, injeções, vacinação, distribuição de remédios, dentre outros.

ATIVIDADES MÉDICAS DESENVOLVIDAS NOS PARQUES E
RECANTOS INFANTIS MUNICIPAIS
ANO DE 1958

Preleções grupas	290	
Preleções isoladas	223	
Visitas domiciliares	179	
Exames periódicos	1073	
Exames biométricos	1106	
Consultas	72	
Receitas	76	
Curativos	5303	
Exame de olhos	18	
Curativos de olhos	1676	
Doenças da pele {	Epidermoficia	5744
	Escabiose	-
	Pediculose	47
Encaminhamentos {	Especialistas	24
	Centro de saúde	2
	Dentista	176
Fichamentos	446	
Vacinações	68	
Injeções	4	
Lugol	4548	
Vermífugos	109	
Acidentes	-	
Machucaduras	-	
Remédios distribuídos	3328	
Sulfas	3051	
Comprimidos	3484 1/2	
Revistas Higiênicas	10894	
Visitas realizadas	784	

Figura 12: Atividades médicas desenvolvidas nos Parques e Recantos Infantis Municipais no ano de 1958. CAMPINAS, Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Ensino e Difusão Cultural. **Relatório de Atividades Realizadas - 1958.** Campinas, 1959.

Neste mesmo documento, pode-se observar também o completo atendimento dentário que era realizado nos PI's e RI's, abrangendo diversos atendimentos e procedimentos.

<u>ATIVIDADES GERAIS DOS GABINETES DENTÁRIOS</u>			
<u>MUNICIPAIS</u>			
<u>ANO DE 1958</u>			
Exames estomatológicos	852		
Remoções de tártaro	175		
Capamentos	1129		
Obturações	Amálgama	977	
	Cimento	195	
	Porcelana	279	
	Guta-percha	610	
Restaurações	Ouro	2	
	De canais	19	
	Amálgama	23	
	Cimento	-	
	Porcelana	-	
Avulsões Dentárias	1ª. dentição	Incisivos	396
		Caninos	201
		Molares	944
	2ª. dentição	Incisivos	875
		Caninos	463
		Prémolares	888
Pulpetomias	Molares	1269	
		46	
Tratamentos de	canais	183	
	fístulas	219	
	abscessos	3	
	gengive-estomatites	9	
Pivots	2		
Cereças	-		
Bridges	-		
Polimentos dentários	923		
Curativos	2528		
Preparo de cavidades	808		
Incisão em abscesso	1		
Aplicação de nitrato de prata	4		
Curativos post-operatórios	21		
Total de trabalhos realizados	14045		
Resumo geral	Existiam em tratamento	3154	
	Inscreveram-se no ano	693	
	Concluíram o tratamento	465	
	Abandonaram o tratamento ...	220	
	Passaram para o mês seguinte.	3162	
	Total de comparecimentos ...	8191	

Figura 13: Atividades gerais dos gabinetes dentários municipais – ano de 1958. CAMPINAS, Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Ensino e Difusão Cultural. Relatório de Atividades Realizadas – 1958. Campinas, 1959.

Ao analisarmos os números de atendimentos médicos e dentários, bem como o número de procedimentos realizados nas duas áreas, percebemos a fragilidade e a real necessidade de assistência das crianças frequentadoras desses estabelecimentos.

Considerando ainda os referidos quadros, ao observarmos o quadro de atendimento médico, por exemplo, percebemos que os procedimentos preventivos como as “Revistas Higiênicas”, as “Visitas domiciliares”, os “Exames periódicos”, as “Vacinações” e os “Exames Biométricos” foram realizados muitas vezes. No entanto, observamos também que os outros procedimentos realizados estavam ligados ao tratamento do problema de saúde já instalado ao invés da prevenção. Percebemos ainda que muitas crianças apresentavam problemas dermatológicos ou necessitavam de curativos, injeções e até mesmo vermífugos, caracterizando a medicação e o tratamento como prioritários nestas instituições, o que, por sua vez, caracteriza certa oposição aos preceitos higienistas de prevenção. Já no quadro relacionado ao tratamento odontológico, procedimentos ligados à prevenção não aparecem uma vez sequer, sendo este caracterizado essencialmente pelo tratamento.

Não encontramos documentos que nos dessem mais detalhes de como era feito o tratamento ou acompanhamento médico das crianças, porém as imagens a seguir ilustram o atendimento que lhes era dado, demonstrando também a estrutura que estas instituições tinham para realizar o atendimento.



Figura 14: Atendimento médico – 1. s.d.
Acervo do Museu da Imagem e Som de Campinas – Coleção Henrique de Oliveira Júnior.



Figura 15: Atendimento odontológico. s.d.
Acervo do Museu da Imagem e Som de Campinas – Coleção Henrique de Oliveira Júnior.



Figura 16: Exame biométrico. s.d.

Acervo do Museu da Imagem e Som de Campinas – Coleção Henrique de Oliveira Júnior.



Figura 17: Banho de chuveiro. s.d.

Acervo do Museu da Imagem e Som de Campinas – Coleção Henrique de Oliveira Júnior.

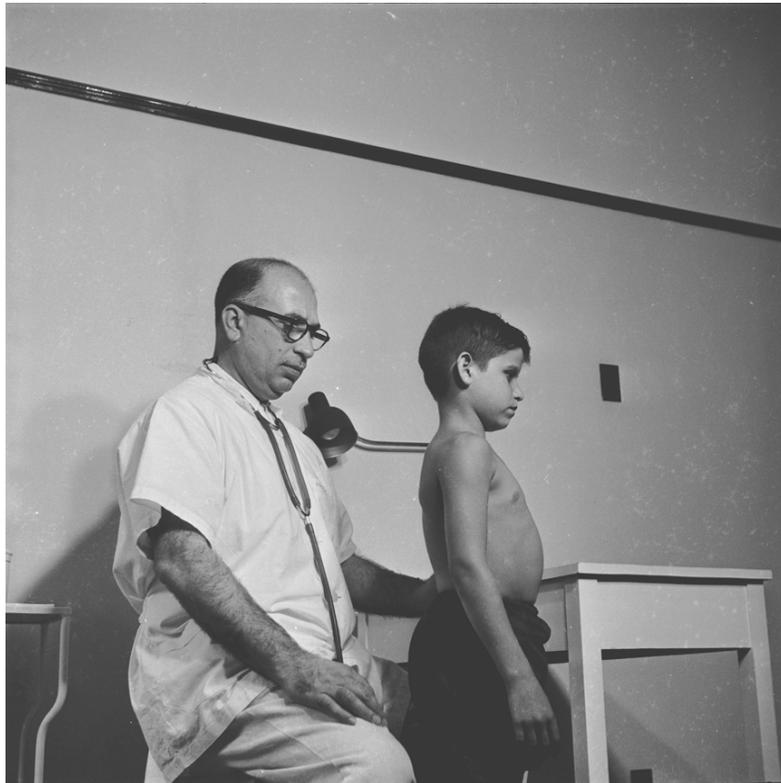


Figura 18: Atendimento médico – 2.. s.d.
Acervo do Museu da Imagem e Som de Campinas – Coleção Henrique de Oliveira Júnior.

Ao analisarmos as imagens podemos observar, por exemplo, salas específicas para o atendimento médico e odontológico, bem como aparelhos, mobiliário e uma grande quantidade de medicamentos, sendo os Parques e Recantos Infantis, de acordo com as proporções, praticamente centros de saúde infantil.

Acerca desta colocação salientamos que, considerados como “planejadores do urbano”²³, (SANTOS, 2010), os médicos-higienistas, com intuito de prevenir e impedir o aparecimento da doença, viram nos PI’s e RI’s locais privilegiados de educação sanitária, nos quais podiam vacinar, vistoriar e também educar os hábitos higiênicos da população infantil.

Os preceitos higiênicos e eugênicos presentes nos PI’s e RI’s podem ser observados em artigos publicados em jornal da época, enfatizando o importante papel destas instituições na formação da futura geração, como no trecho a seguir.

²³ Segundo Santos (2010), diante à mudança de direção no discurso médico anteriormente pautado no conceito de doença para o conceito de saúde e os crescentes problemas, oriundos do processo de industrialização e urbanização, relativos à higiene e saneamento enfrentados pelas cidades, os médicos-higienistas passaram a ser identificados como planejadores do urbano.

Essas criações relativamente modernas dos novos processos eugênicos constituem, indiscutivelmente, centros eficientes, onde se cuida da saúde e aperfeiçoamento da raça. Desses laboratórios raciais há de sair fatalmente a geração forte e válida dos bandeirantes vindouros (IMPORTANTES..., 1950).

Ligadas e integradas aos demais serviços oferecidos pelos PI's e RI's, a assistência alimentar, médica e odontológica atuavam na formação higiênica dos parqueanos, as quais combinadas com as demais atividades pressupunham uma formação integral às crianças.

2.4. Clubes Agrícolas

Em todas essas organizações [Parques e Recantos Infantis] há um pequeno clube de campo, onde as crianças aprendem a ter contacto com a terra: Elas tomam das enxadas, dos ancinhos e de outros apetrechos e aprendem a semear, a transplantar as mudas e a colher as flores ou verduras (A MAGNÍFICA..., 1957).

Parte integrante das atividades desenvolvidas nos Parques e Recantos Infantis, os Clubes Agrícolas tinham por finalidade, “[...] ministrar ensinamentos rurais e agrícolas, que façam despertar no aluno, o amor ao cultivo do solo” (CAMPINAS, 1957, p. 21).

Sendo assim, a educação agrícola promovida nos Clubes Agrícolas contava com a organização de horta, pomar, aviários, apiários e hortas domiciliares nas casas dos alunos, despertando-lhes o interesse pelo cultivo da terra, das plantas e o cuidado com os animais (RAMOS, 2010).

Buscava-se ainda, por meio do trabalho com a terra e do contato com a natureza, desenvolver aspectos educacionais, sociais e econômicos dos parqueanos, os quais podem ser observados no trecho a seguir, extraído de uma matéria sobre os Clubes Agrícolas Campineiros, publicada em um jornal de São Paulo.

Pela horticultura, avicultura e fruticultura, o aluno recebe noções básicas de zoologia e botânica, ao mesmo tempo que tem o seu amor despertado para os trabalhos da gleba. O aspecto social está entrelaçado com o econômico e educativo: ensinar à criança a colher melhor, qualitativamente, preferindo, dessa forma, alimentos, cuja composição química lhe é perfeitamente explicado, em aulas especiais pelas suas professoras (CLUBE..., 1950)

A partir deste trecho, também podemos observar que o trabalho nos Clubes Agrícolas tinha estreita ligação com serviço de alimentação e com as noções que as crianças recebiam sobre

o assunto, o que também pode ser observado no documento publicado pelo DEDC, intitulado “Assistência Alimentar”, o qual, para além das orientações nutricionais, apresenta instruções para o cultivo de hortaliças, legumes, verduras, dentre outros alimentos, como também ressalta a importância da criança reconhecer os benefícios da agricultura e da pecuária. Assim como consta no documento: “A criança deverá saber o que é uma granja, como fator de produção de alimento, qual a importância da agricultura, da pecuária, das hortas e dos pomares” (CAMPINAS, s.d. (c)),

Entretanto, a ligação com o serviço de alimentação não se dava apenas nos aspectos mencionados anteriormente, mas também na preparação das merendas, uma vez que uma parte dos alimentos produzidos era utilizada na preparação das mesmas e a outra parte era comercializada numa pequena feira improvisada nas dependências dos parques. Segundo Ramos (2010), a produção era tão grande que muitas crianças levavam parte da produção para casa.

A importância do cultivo era trabalhada com as crianças de forma integrada entre a utilização dos alimentos para a confecção das merendas e a comercialização dos excedentes.

Nas vésperas de feriados, os parques anunciam a venda, por preços bem compensadores, das flores que produzem nos seus canteiros. A alimentação das crianças é feita, em grande parte com os legumes que elas viram crescer, ali, sob seus olhos (A MAGNÍFICA..., 1957).

Pelo que pudemos analisar, as feiras para a venda do que foi produzido nos Parques e Recantos Infantis eram tradicionais e faziam parte da rotina das instituições e da comunidade, sendo estas, inclusive, anunciadas no jornal para que a população do município tivesse conhecimento.

Não obstante, destacamos outras iniciativas interessantes desenvolvidas nos Parques e Recantos Infantis, por meio dos Clubes Agrícolas, sendo estas: a campanha “uma árvore frutífera em cada quintal” e a “guarda escolar” de vigilância às plantas, as quais visavam trabalhar a importância da natureza e do meio ambiente, especialmente no meio urbano. Acerca destas iniciativas escreveu um jornal da época, primeiro sobre a campanha e depois sobre a guarda escolar:

Essa campanha visa mostrar aos alunos a importância que a árvore desempenhou, desempenha e desempenhará na história da Humanidade. Estimula a necessidade de reflorescimento, conchama as crianças a defender as árvores existentes e apela pela plantação – sempre que possível – de árvores frutíferas ou úteis à coletividade. Esse movimento, no meio da petizada, por outro lado, possui o alto aspecto de cunho

educativo, notadamente num país como o nosso em que o desamor pelas coisas da natureza tem-se feito sentir de modo expressivamente prejudicial aos legítimos interesses da nacionalidade. [...] Além do Clube Agrícola e dessa interessante campanha, a Diretoria de Difusão Cultural mantém nos Parques Infantis e nas Escolas Urbanas e Rurais do Município, sob sua superintendência, outra excelente organização, as chamadas “equipes de guardas escolares”, que têm por objetivo a fiscalização e vigilância da arborização urbana e das áreas ajardinadas, bem como a defesa dos pássaros e vegetais úteis ou ornamentais (CLUBE..., 1950).

Quanto à rotina desempenhada nos clubes, assim como sua estrutura; não encontramos descrições escritas. Contudo, as imagens a seguir nos mostram o quão grande eram os terrenos e os canteiros destinados ao plantio, bem como eram preparados. Podemos observar ainda as hortas e as crianças exercendo o “trabalho” na terra, munidas de ferramentas e vestimentas. Tais imagens nos mostram o quão valorizado era esta prática nos Parques e Recantos Infantis, sendo disponibilizada grande área de terra para que os parqueanos pudessem desenvolver o contato com agricultura e a pecuária.



Figura 19: Visita à horta. s.d.

Museu da Imagem e Som de Campinas. Coleção CEI – Coordenadoria de Educação Infantil.



Figura 20: Crianças cultivando a horta – 1. s.d.
Museu da Imagem e Som de Campinas. Coleção CEI – Coordenadoria de Educação Infantil.



Figura 21: Crianças cultivando a horta – 2. [1947?].
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.

Após o apresentado sobre os Clubes Agrícolas, suas atividades e seus objetivos, o questionamento que nos fica é: como uma instituição pautada nos modernos preceitos de urbanização apresenta forte ligação com o rural? Não seriam estes conceitos antagônicos? O que o poder público e a classe dirigente queriam com esta iniciativa?

Diante destes questionamentos somos levados a pensar que a iniciativa dos Clubes Agrícolas nos Parques e Recantos Infantis em Campinas estava atrelada a uma combinação de três fatores, sendo eles: a exaltação dos benefícios da natureza para a vida na cidade, frente ao processo de urbanização; a sua estreita relação com o serviço de alimentação e os preceitos higiênicos, terapêuticos e eugênicos; bem como a herança dos tempos áureos do café, da agricultura como fonte de riqueza e da aristocracia, vivida no município antes do processo de industrialização.

Desta forma, os Clubes Agrícolas representavam, nos Parques e Recantos Infantis de Campinas, as contradições entre o urbano e o rural, sendo um espaço dedicado à prática da agricultura e da pecuária, mas também à assistência das crianças, atuando no desenvolvimento do físico, bem como na formação do caráter, dos bons hábitos e do orgulho campineiro.

2.5. Arte, Dramatizações e Festas Comemorativas: civismo, nacionalismo e religiosidade.

Dedicamos esta sessão para discutirmos, ainda que brevemente, as atividades de dramatização, as comemorações cívicas e as ligadas à cultura nacional (dia do índio, dia da árvore, dia da bandeira, carnaval), bem como as festas de cunho religioso (as festas juninas, dia da criança, a páscoa e o natal) e as celebrações diretamente ligadas à igreja católica (batizado e primeira comunhão).

Como mencionado anteriormente, dentre as atividades desenvolvidas nos parques e Recantos Infantis, também faziam parte da rotina destas instituições as aulas de desenho, as dramatizações, o banho à fantasia, as festas em datas comemorativas e os eventos relacionados aos sacramentos da iniciação cristã.

Ao longo de nossa pesquisa nos deparamos com alguns documentos escritos dando orientações de ordem prática sobre as aulas de desenho e com uma grande quantidade de

fotografias que retratavam muitas festas, eventos e comemorações, sempre associadas a dramatizações e apresentações feitas pelas crianças.

No que concerne às aulas de desenho, os documentos que encontramos trazem orientações práticas de como fazer determinados desenhos, ou seja, demonstram, passo a passo como devem ser feitos os desenhos, por exemplo, um determinado animal.

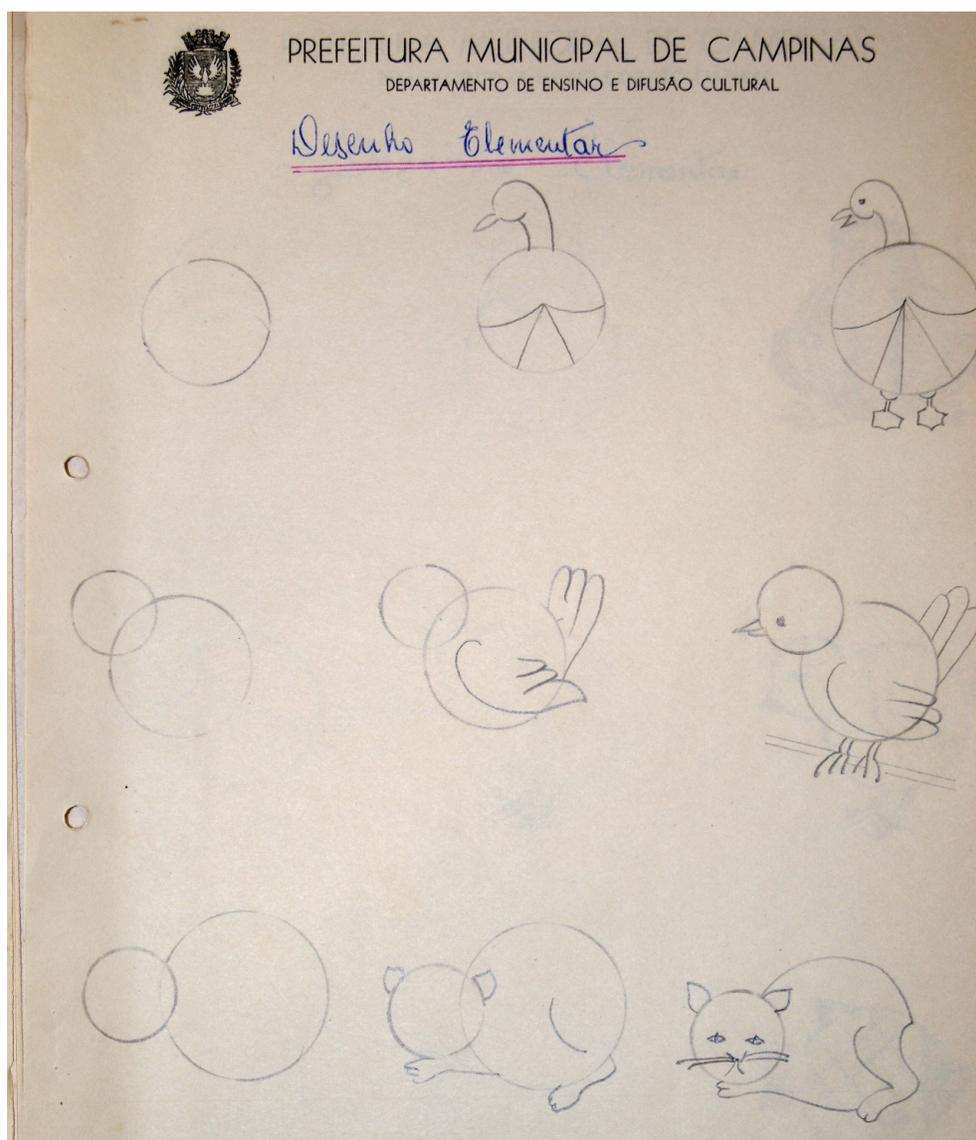


Figura 22: Desenhos Pedagógicos – 1.

CAMPINAS, Departamento de Ensino e Difusão Cultural. Secção de Assistência Sócio-Educacional. **Desenhos Pedagógicos.** Campinas, 1953. (Documento retirado do Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias).

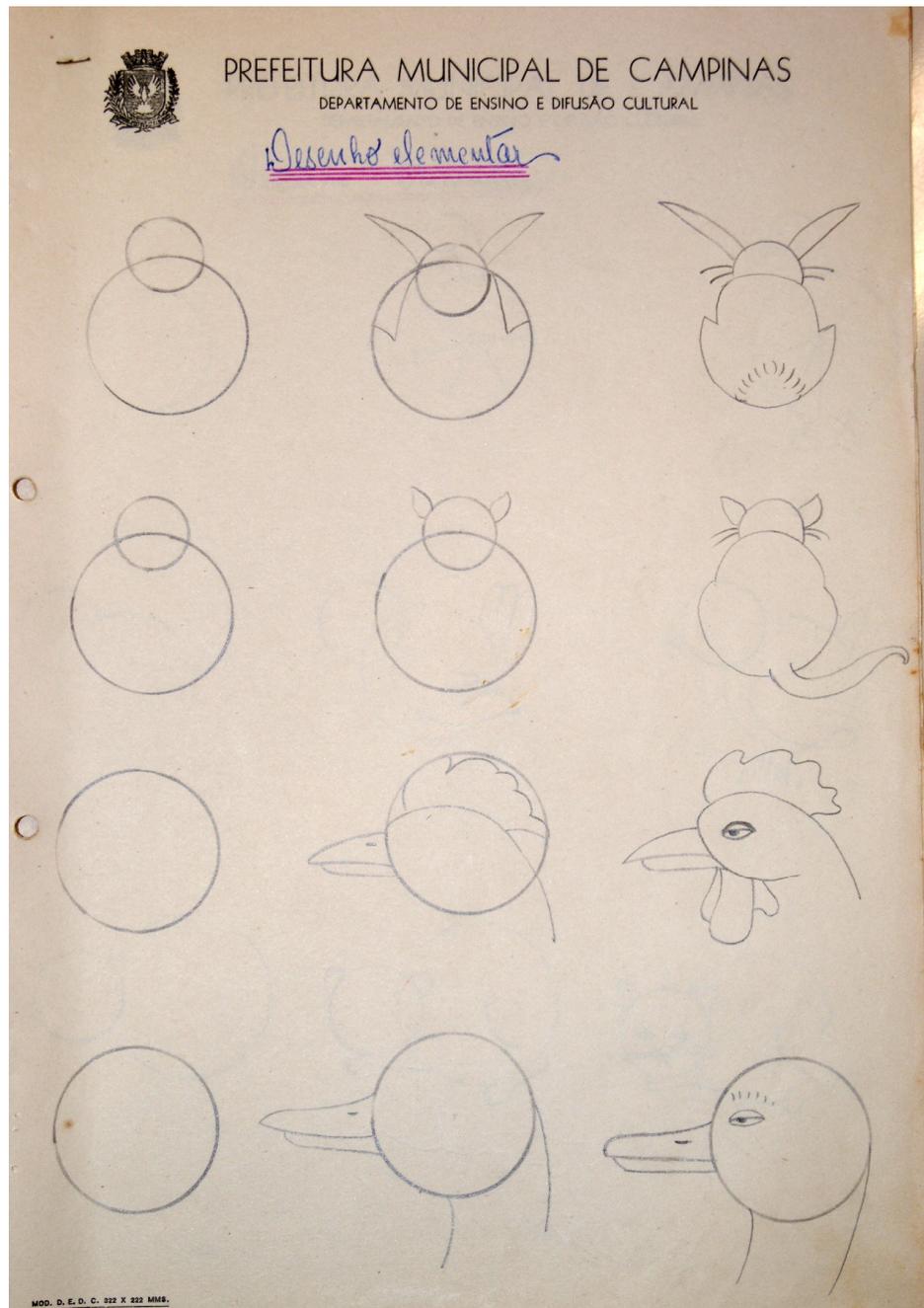


Figura 23: Desenhos Pedagógicos – 2.

CAMPINAS, Departamento de Ensino e Difusão Cultural. Seção de Assistência Sócio-Educacional. **Desenhos Pedagógicos**. Campinas, 1953. (Documento retirado do Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias).

Extraídas de um documento produzido pelo DEDC, intitulado “Desenhos Pedagógicos”, as imagens nos mostram como as professoras eram orientadas a ensinar os desenhos para as crianças. Utilizavam o círculo como base para o desenho, partindo do simples para o complexo.

Há outras sugestões de desenho no referido documento, no entanto todos são de animais. Não encontramos outros tipos de desenhos, o que nos deixa intrigados quanto à possibilidade de serem passados para as crianças, por exemplo, desenhos do corpo humano ou mesmo de paisagens. Seria, portanto, os desenhos controlados pelo DEDC? Haveria temas diferentes para as aulas e nós nos deparamos apenas com o tema “animais”?

Infelizmente não conseguimos responder tais perguntas, pois não encontramos outras fontes ligadas a esta prática, o que também pode demonstrar que esta não chamava a atenção do DEDC tanto quanto outras práticas, por exemplo, a educação física.

Ainda analisando estas imagens, podemos inferir que para além da prática do desenho em si, tais aulas tinham o intuito de ensinar às crianças noções de simetria, contrastando o belo com o feio, o reto com o torto; uma vez que utilizavam formas geométricas para traçar o início do desenho e formar as partes do corpo do animal, como se estas fossem exatas e correspondessem à determinada medida. Não obstante cremos que estas aulas também visavam o desenvolvimento da coordenação motora fina, auxiliando no desenvolvimento físico e motor da criança.

Quanto às festas comemorativas e dramatizações, não encontramos diretrizes, especificações, ou mesmo relatos de como estas eram preparadas ou construídas. Contudo, colocadas como parte integrante do desenvolvimento da cultura cívica (vide Tabela 1, p. 48), estas tinham como temas as datas nacionais, brasileiros ilustres, festas cívicas e patriotismo, visando o desenvolvimento do sentimento de amor à pátria e do nacionalismo.



Figura 24: Dança indígena – 1. s.d.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.



Figura 25: Dança indígena – 2. 1943.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.



Figura 26: Dia do índio. 1943.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.



Figura 27: Festa da primavera – 1. s.d.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.



Figura 28: Festa da primavera – 2. s.d.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.

Para além das já citadas datas comemorativas, outras festividades ligadas a datas e feriados religiosos, também eram comemoradas nos PI's e RI's, como a páscoa, a festa junina, o dia das crianças e o natal. Porém, não conseguimos identificar se estas mantinham relação com a igreja e os elementos ligados à religião católica ou se apenas eram comemoradas por serem datas populares no calendário e pelo apelo social da entrega de ovos na páscoa; da quadrilha, das comidas e bebidas típicas no caso da festa junina; ou ainda da entrega de presentes no dia das crianças e no natal.



Figura 29: Quadrilha. s.d.

Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.



Figura 30: Festa junina. s.d.

Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.



Figura 31: Alunos e familiares na festa junina. s.d.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.



Figura 32: Platéia assiste a apresentação da quadrilha. s.d.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.



Figura 33: Encenação dos coelhos. 1948.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.



Figura 34: Entrega de ovos. 1949.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.



Figura 35: Entrega de presentes pelo papai Noel – 1. [1948?].
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.



Figura 36: Entrega de presentes pelo papai Noel – 2. [1948?].
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.

Podemos observar nas imagens anteriores, especialmente as que retratam a festa junina, o envolvimento dos familiares e da comunidade com as atividades e comemorações dos Parques e Recantos Infantis, que lotavam a arquibancada do teatro ao ar livre para acompanhar as danças, mostrando-nos a extensão alcançada pelo trabalho desenvolvido nestas instituições.

Outra situação encontrada por nós diz respeito às celebrações do batismo e da primeira comunhão. No caso da primeira, esta era encenada pelas crianças, as quais interpretavam os papéis de padre, pai, mãe e familiares de uma boneca. A dramatização era chamada de “Batismo

da Boneca”. No segundo caso, a primeira comunhão das crianças era de fato realizada nos PI’s e RI’s.



Figura 37: Batismo da Boneca – 1. 1946.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.



Figura 38: Batismo da Boneca – 2. 1946.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.



Figura 39: Cortejo para o Batismo da Boneca. 1944.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.



Figura 40: Primeira Comunhão – 1. 1945.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.



Figura 41: Primeira Comunhão – 2. 1945.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.

Sobre esta relação com o catolicismo, também não encontramos nenhuma descrição ou mesmo orientação do DEDC, órgão responsável pelas instituições em Campinas, o que nos faz refletir sobre qual o tipo de relação que existia entre os Parques e Recantos Infantis e a religião, mais especificamente com a igreja católica.

Questionamos ainda sobre o que faziam os filhos de imigrantes frequentadores dos PI's e RI's, muito comum em Campinas na época, que não seguiam a religião católica. Eram estes obrigados a participar ou ficavam de fora dessas dramatizações e celebrações?

Não podemos afirmar com certeza, contudo, inferimos que a igreja católica mantinha grande influência sobre essas instituições e mesmo sobre as comunidades em que estavam inseridas, pois era a religião tradicional e influente na sociedade brasileira, herança portuguesa desde os tempos do descobrimento, atuando inclusive no controle do tempo livre do operariado, como vimos anteriormente com o exemplo do Centro Operário Católico Metropolitano na cidade de São Paulo.

2.6. Educação Física e Educação Recreativa: em busca do ócio produtivo e da disciplina do corpo

Com raízes européias, a Educação Física se instalou na instituição escolar entre os séculos XVIII e XIX, revelando forte influência médica e militar (SOARES, 1996; BRACHT, 1999).

A influência médica pode ser vista principalmente entre os anos de 1850 e 1930, período em que, segundo Soares (2004), a sociedade brasileira passava por um processo de reconstituição, buscando uma nova ordem econômica, política e social. Foi também neste período que os médicos higienistas ganharam espaço ao colocar em prática teorias que pregavam valores de virtude, moral e eugenia da raça, cabendo à Educação Física um discurso promotor da saúde física e mental, bem como um caráter de manutenção da ordem e da moral.

Nas palavras de Soares (2004),

Quanto à Educação Física, particularmente a escolar, privilegiava em suas propostas pedagógicas aquela de base anatomofisiológica retirada do interior do pensamento médico higienista. Consideravam-na um valioso componente curricular com acentuado caráter higiênico, eugênico e moral [...] (p.71).

No que concerne à influência militar, segundo Ghiraldelli Junior (1991), foi entre os anos de 1930 e 1945 que a Educação Física militarista predominou no Brasil, objetivando a formação do homem forte e apto a defender a pátria, bem como atuando no desenvolvimento harmônico do corpo, no aperfeiçoamento da destreza, da força e do espírito patriótico.

Neste período, de acordo com Ferreira Neto (1999a; 1999b), a presença dos militares no ensino teve pequeno alcance, porém sua influência no desenvolvimento da Educação Física foi duradoura. Segundo o mesmo autor, o método francês, oficialmente adotado no Brasil, teve distinção entre sua aplicação para a tropa e para a escola, sendo que para a última a “[...] ênfase na formação do professor de Educação Física, já na década de 1930, era posta em seu caráter pedagógico” (FERREIRA NETO, 1999b, p. 59).

Contudo, apesar de predominarem em períodos diferentes, o militarismo e o higienismo não foram movimentos estanques, mas permearam os ideais e as concepções de Educação Física por muito tempo, vindo, até mesmo, a se confundirem em alguns momentos, atuando de forma conjunta na formação do homem moderno.

Desta forma, ao considerarmos os Parques e Recantos Infantis em Campinas, criados a partir de 1940, podemos observar, em diversas ações realizadas nestas instituições, a influência das duas correntes mencionadas, atuando no desenvolvimento educacional e assistencial dos parqueanos.

Acerca desta influência, destacamos um trecho de uma matéria publicada no jornal “Correio Popular” no ano de 1950 que retrata o pensamento da época sobre o papel dos Parques e Recantos Infantis.

[...] ao nosso ver, nos parques infantis repousa o aperfeiçoamento incontestável do fator humano. Precisamos de gente forte e sadia para trabalhar pelo progresso da idade e do Brasil. E é, tratando do físico, ao sol e ao ar livre, que os homens bons se fazem. Michelet tinha razão, quando escreveu: “De todas as flores, a flor humana é a que mais tem necessidade de sol”, e Lacassagne não errou, dogmatizando: “Viver e respirar são quase sinônimos em todas as línguas”. E, para rematar de modo a não deixar a menor dúvida, no tocante ao valor, incontestado e incontestável dos parques infantis, no aprimoramento material, intelectual e moral do homem, recordemos o velho e surrado apotegma latino: **Mens sana in corpore sano**. E é isto mesmo. Cuidemos do físico para termos saúde e inteligência (IMPORTANTES, 1950, grifos do autor).

Versando sobre a formação do homem forte e sadio, responsável pelo progresso da nação, o autor nos dá elementos para pensarmos os cuidados com o corpo e conseqüentemente a Educação Física e a Educação Recreativa. Desta forma, salta-nos aos olhos a ênfase dada pelo autor ao desenvolvimento do físico e sua ligação com a natureza, ou seja, à realização dos exercícios ao ar livre como essencial ao desenvolvimento do homem forte e sadio, sendo os Parques e Recantos Infantis importantes instituições voltadas a este propósito, pois congregavam natureza, higiene e atividades físicas.

Acerca da importância dada pelo autor à natureza, destacamos que, frente ao processo de urbanização, esta era cada vez mais tida como benéfica para a vida nas cidades, sendo incorporada nos discursos higienistas da época. Contudo, a natureza a que se refere o autor não se trata de uma natureza preservada, selvagem, mas uma natureza construída e organizada para o urbano, ou seja, uma natureza controlada pelo homem para atender aos seus objetivos (DALBEN e DANAIIOF, 2009). Desta forma, concordamos com Dalben e Danailof (2009), ao discorrerem sobre o sentido e a necessidade de um retorno à vida natural, que

O regresso às sensibilidades já conhecidas e idealizadas, a obediência às leis da natureza, teorias tidas como imutáveis, de certa forma confortavam. O olhar sobre a cidade como o oposto do ambiente natural tornava-se inevitável e o urbano, visto como local de

degenerescência, de imundices, corroborava a perspectiva de que um parque, repleto de elementos naturais, seria um ambiente adequado para esse retorno, visando unir a natureza aos preceitos científicos da higiene para assegurar a saúde e educação dos futuros cidadãos (p.166).

Ainda referente ao trecho publicado no jornal, podemos observar também o pensamento dicotômico entre corpo e mente demonstrado pelo autor ao fazer menção de que somente um corpo sã pode produzir ou sustentar uma mente sã, ou seja, que os cuidados com o corpo possibilitariam um corpo saudável e inteligente, revelando um discurso voltado às interpretações biologicistas.

Ao prezar, portanto, pela higiene e pela eugenia, assim como pelo desenvolvimento físico, pelo patriotismo e pelo civismo, a Educação Física nos Parques e Recantos Infantis apresentava características tanto médica quanto militar, sendo a primeira mais evidente que a segunda.

Tal fato pode ser comprovado pela fiscalização e orientação do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, criado pelo médico-sanitarista Arthur Neiva²⁴, pela formação das professoras e instrutoras, que se dava pela Escola Superior de Educação Física ou pelo Instituto de Higiene e pela constante presença e intervenção do médico nas ações desempenhadas nos Parques e Recantos Infantis.

A forte influência exercida pelo pensamento médico nestas instituições, de modo geral e também na Educação Física, pode ser vista num documento produzido pelo DEF-SP, intitulado “Regimento Interno dos Parques Infantis”, que discorre sobre as incumbências das diretoras destas instituições, dentre as quais deveriam:

i-) exigir que as crianças que tomam parte nos torneios e festas esportivas tenham autorização do médico; j-) vedar expressamente as crianças que não obtiverem autorização médica a sua permanência no Parque, afim de se tornar uma realidade o afastamento das crianças doentes ou suspeitas como tal; (SÃO PAULO, s.d. (b)).

Observa-se, portanto, que o médico exercia papel decisivo nas ações realizadas pelos Parques e Recantos Infantis, de modo que a participação nas atividades e a frequência das crianças nestas instituições ficavam condicionadas à sua autorização.

²⁴ Sobre Arthur Neiva e o DEF-SP ver: DALBEN, André. **Educação do corpo e vida ao ar livre: natureza e educação física em São Paulo (1930 – 1945)**. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n], 2009. DALBEN, André; DANAILOF, Kátia. Os Jardins de Infância e as Escolas Maternais de São Paulo no Início da República. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v. 31, n. 01, p. 163-177, set. 2009.

Sendo assim, pautada principalmente em preceitos médicos e visando o aprimoramento físico e moral dos parqueanos, as aulas de Educação Física eram desenvolvidas por meio de atividades como: ginástica, natação, jogos e dança²⁵ (Campinas, s.d. (b)), as quais deveriam ser “[...] preparadas com antecedência, segundo o Método Francês, e de acordo com a orientação do Departamento de Educação Física” (SÃO PAULO, s.d. (c)).

Obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino do Brasil desde o ano de 1929, o método francês²⁶, criado por D. Francisco de Amoros y Ondeño, era constituído de exercícios que tinham por objetivo deixar o homem mais corajoso, inteligente, ágil, flexível, habilidoso, adestrado, veloz e forte, capaz de suportar todas as dificuldades e obstáculos que encontrasse. Ao desenvolver as qualidades físicas, psicológicas e morais do homem, o método ginástico criado por Amoros visava o desenvolvimento da saúde, o prolongamento da vida e o conseqüente aprimoramento da espécie humana.

Desta forma, a ginástica nos Parques e Recantos Infantis, considerados também como instituições de cunho educacional e não somente assistencial, seguiam os preceitos do método ginástico francês.

No que concerne à ginástica, apresentamos na imagem a seguir um plano geral de trabalho produzido pela professora Otília Forster²⁷, no qual podemos observar suas finalidades, os exercícios programados e como estes seriam divididos na composição de uma aula.

²⁵ No tópico “Aspectos organizacionais”, falamos sobre a rotina e a distribuição das atividades de Educação Física. Colocamos uma imagem retirada de um documento produzido pelo DEDC (Figura 06) com as atividades desenvolvidas nas aulas.

²⁶ A influência do método francês na Educação Física brasileira pode ser vista desde sua chegada ao Brasil “[...] através da Missão Militar Francesa que veio ao país com a finalidade de ministrar instrução militar à Força Pública do Estado de São Paulo, onde fundou uma “Sala de Armas” que deu origem, mais tarde, à Escola de Educação Física do Estado de São Paulo” (SOARES, 2004, p. 67). Oficialmente implantada no país em 12 de abril de 1921, a ginástica francesa passou, no ano de 1929, por meio de um anteprojeto de lei elaborado pelo Ministério da Guerra, a ser praticada por todos os residentes no Brasil e obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino, sendo o método francês o método ginástico oficial brasileiro até que um método nacional fosse criado (SOARES, 2004).

²⁷ A professora Otília Forster foi a primeira mulher campineira a se formar pela Escola Superior de Educação Física de São Paulo, no ano de 1936. Foi professora de Educação Física em Campinas e região, contribuindo para a disseminação de práticas como a ginástica, a natação, o basquetebol, o voleibol, a corrida; dentre outras. Sobre o trabalho da professora Otília Forster, a educação do corpo e a Educação Física na cidade de Campinas no período de 1930 à 1940 ver: DANAILOF, Kátia. **Corpos e cidades:** lugares da educação. Dissertação (Mestrado em Educação). – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 2002.

FIM A ATINGIR	PROGRAMA DOS EXERCÍCIOS	REGIME DO TRABALHO
Contribuir para assegurar a saúde. Fim geral: desenvolver normalmente as faculdades físicas da criança segundo as condições fisiológicas do crescimento e particularmente a função respiratória. Auxiliar o desenvolvimento da criança pelo exercício atraente; explorar sua faculdade de imitação.	Evoluções e rodas. Flexionamentos executados por imitação. Exercícios mímicos. Pequenos jogos. Jogos respiratórios.	Regime da lição: 1- <u>Sessão preparatória reduzida.</u> Evoluções. Flexionamentos simpões braços, pernas, tronco. Jogos respiratórios. 2- <u>Lição propriamente dita.</u> Um exercício de imitação por família. Dois pequenos jogos. 3- <u>Volta á calma.</u> Normal

Figura 42: Plano geral de trabalho.

FORSTER, Otília. **Plano Geral de Trabalho.** Classificados no 2º grau do ciclo elementar. Turmas femininas e masculinas dos 1ºs e 2ºs anos: de 7 à 9 anos. Campinas: [s.n.], 1939 a.

Analisando o plano apresentado, vemos que os objetivos da Educação Física e da ginástica, pautados no método francês, são voltados ao desenvolvimento físico e motor da criança, seguindo preceitos fisiológicos. Vemos também que o programa de exercícios inclui exercícios de evolução e flexão, exercícios mímicos e jogos, sendo estes distribuídos em 3 seções durante a aula: uma seção preparatória, destinada ao aquecimento – *Seção preparatória reduzida*, uma seção na qual está concentrada os exercícios principais – *Lição propriamente dita*; e uma seção para recuperar o organismo do reforço exercido durante a aula – *Volta à calma*.

Em outro documento produzido pela professora Otília Forster, referente a uma aula propriamente dita (FORSTER, 1939 b), conseguimos compreender melhor os exercícios desenvolvidos em cada seção. De acordo com este documento a “lição” deveria ter de 12 a 20 minutos de duração divididos para as 3 seções mencionadas anteriormente.

Na *Seção preparatória reduzida*, com 2,4 a 4 minutos de duração, seriam desenvolvidos as evoluções e os flexionamentos. As evoluções seriam as marchas com cadências diferentes e os

flexionamentos, como o próprio nome sugere, são exercícios de flexão de algumas articulações referentes às partes do corpo como: braços, pernas e quadril.

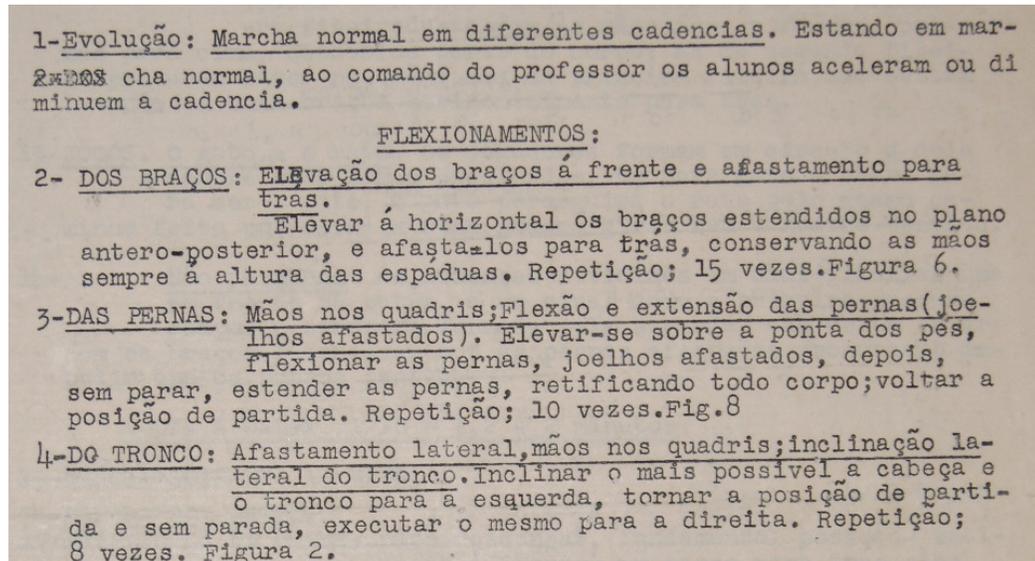


Figura 43: Seção Preparatória Reduzida.

FORSTER, Otília. **Lição de Educação Física para o 2º grau do ciclo elementar.** Campinas: [s.n.], 1939 b.

Na *Lição propriamente dita*, com 8,4 a 14 minutos de duração, eram desenvolvidos exercícios que visavam o desenvolvimento de habilidades motoras básicas e elementares, como saltar, correr, lançar, trepar, sentar, transportar, atacar e defender, bem como os jogos.

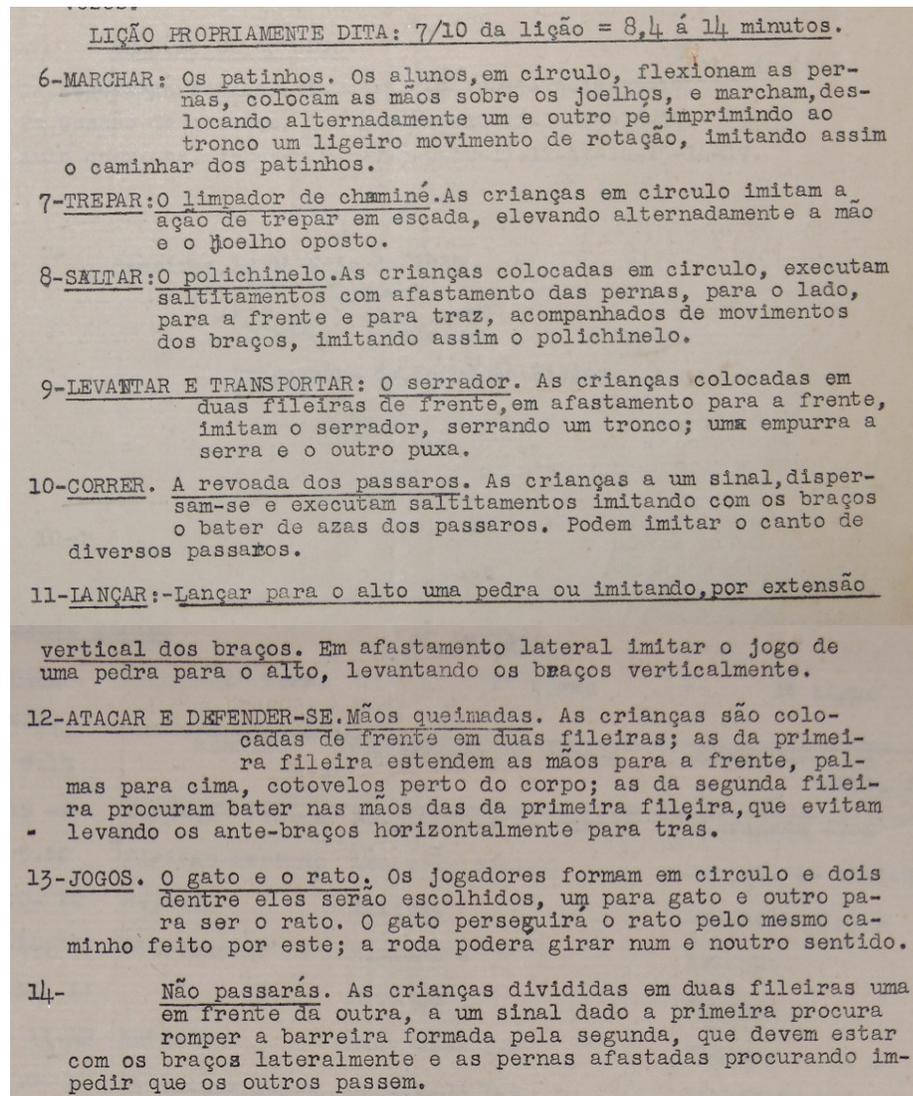


Figura 44: Lição propriamente dita.

FORSTER, Otília. **Lição de Educação Física para o 2º grau do ciclo elementar.** Campinas: [s.n.], 1939 b.

Ao analisarmos esta seção de exercícios, interessamo-nos pelos nomes dados aos exercícios, os quais remetiam a imagens da natureza como “a revoada dos pássaros” e “os patinhos”, ou a alguma ocupação profissional, como “o servidor” e “o limpador de chaminés”, representando uma possível maneira de criar na criança uma referência, inconscientemente, da importância e pureza da natureza, assim como preceitos morais ligados ao trabalho e ao tempo produtivo. Outro fator interessante diz respeito ao desenvolvimento da habilidade de atacar e defender, demonstrando certa influência militar ligada à formação do homem forte e apto a defender sua pátria.

Na *Volta à calma*, com 1,2 a 2 minutos de duração, eram realizados exercícios menos intensos, como canto e exercícios de ordem, ressaltando ainda mais o caráter militar aliado ao caráter médico e biológico dos exercícios.

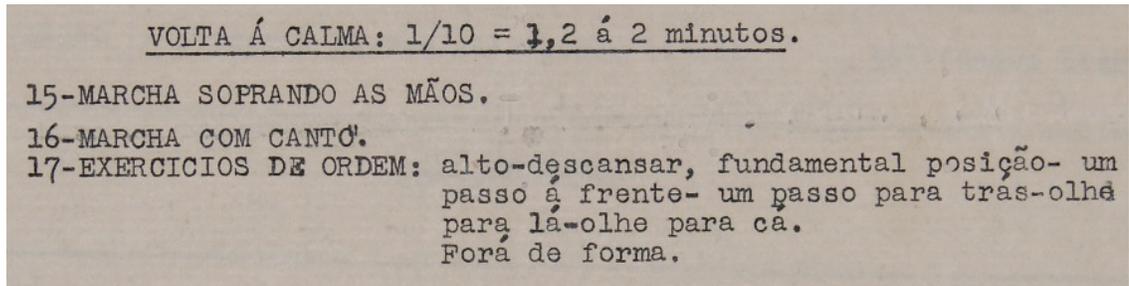


Figura 45: Volta à calma.

FORSTER, Otília. **Lição de Educação Física para o 2º grau do ciclo elementar.** Campinas: [s.n.], 1939 b.

Considerando toda a aula planejada e sua execução, percebemos o controle exato do tempo e dos exercícios a serem realizados, de forma que 20 minutos é um tempo pequeno para que as crianças possam fazer todos os exercícios propostos, principalmente os jogos, de maneira espontânea e prazerosa; uma vez que requer tempo para que estas possam de fato aproveitar a brincadeira. Desta forma, o tempo cronometrado, os exercícios analíticos e o constante comando da professora, ressaltam o caráter de organização e controle destas práticas, atuando na disciplina do corpo e dos hábitos.

Ainda referente à ginástica e ao método francês, outra prática desenvolvida nos Parques e Recantos Infantis era a “Aula Ritmada de Educação Física Infantil”. Semelhante à aula de ginástica citada anteriormente, esta aula acrescentava ritmo por meio de um tamboril. Acreditamos que era destinada a ensaiar apresentações ginásticas, uma vez que o plano de aula referente a esta prática faz referência ao número de 200 crianças, como também apresenta, para além da descrição dos movimentos, descrição e figuras das formações executadas e suas transições (SÃO PAULO, 1942).

Faz-nos pensar também desta forma, o fato de os Parques Infantis serem palco de muitas apresentações públicas de exercícios ginásticos elaborados por grupos de diversas cidades do Estado de São Paulo, as quais ocorriam em dias comemorativos e em festividades patrióticas (DALBEN, 2009).

Desta forma, observamos que a ginástica, componente das aulas de Educação Física dos Parques e Recantos Infantis, atuava não somente na formação de corpos saudáveis, viris e produtivos, mas também na educação para a saúde e para o dever com a pátria, criando hábitos saudáveis e higiênicos, como também o sentimento nacionalista.

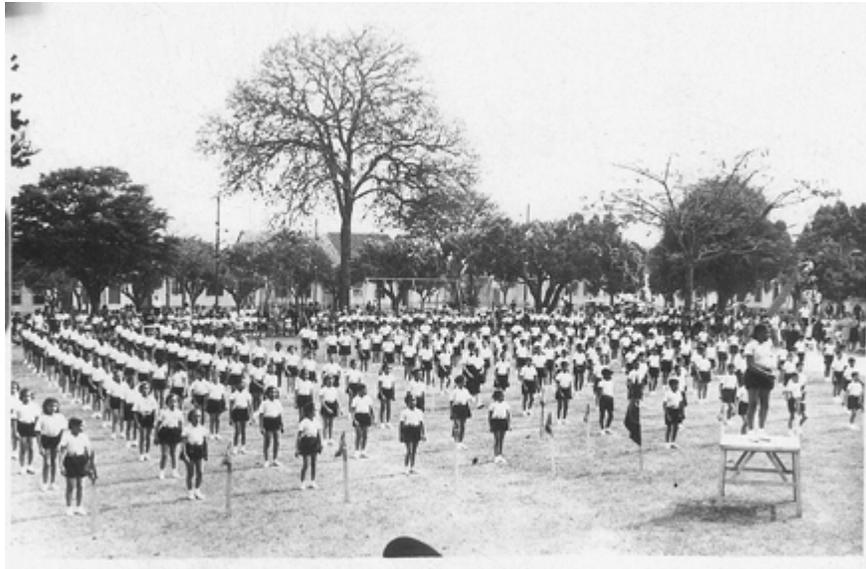


Figura 46: Apresentação ginástica – 1. s.d.

Museu da Imagem e Som de Campinas. Coleção CEI – Coordenadoria de Educação Infantil.



Figura 47: Apresentação ginástica – 2. s.d.

Museu da Imagem e Som de Campinas. Coleção CEI – Coordenadoria de Educação Infantil.



Figura 48: Aula de ginástica. s.d.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.

Os jogos, por sua vez, também integrantes do programa de Educação Física dos Parques e Recantos Infantis, eram divididos em pequenos e grandes jogos. Embora não tenhamos encontrado uma definição para o que seriam “pequenos” e “grandes” jogos, acreditamos que os pequenos jogos seriam aqueles que poucas crianças jogam, sendo estas divididas em pequenos grupos. Nestes jogos haveria regras simples e em pequeno número, sendo estas flexíveis, como no caso de alguns jogos populares. Já os grandes jogos necessitariam de maior número de crianças e exigiriam regras mais complexas, rígidas e em maior número, sendo estes bem próximos do esporte propriamente dito.

Sobre os pequenos e grandes jogos, o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, em documento oficial, dá as seguintes orientações.

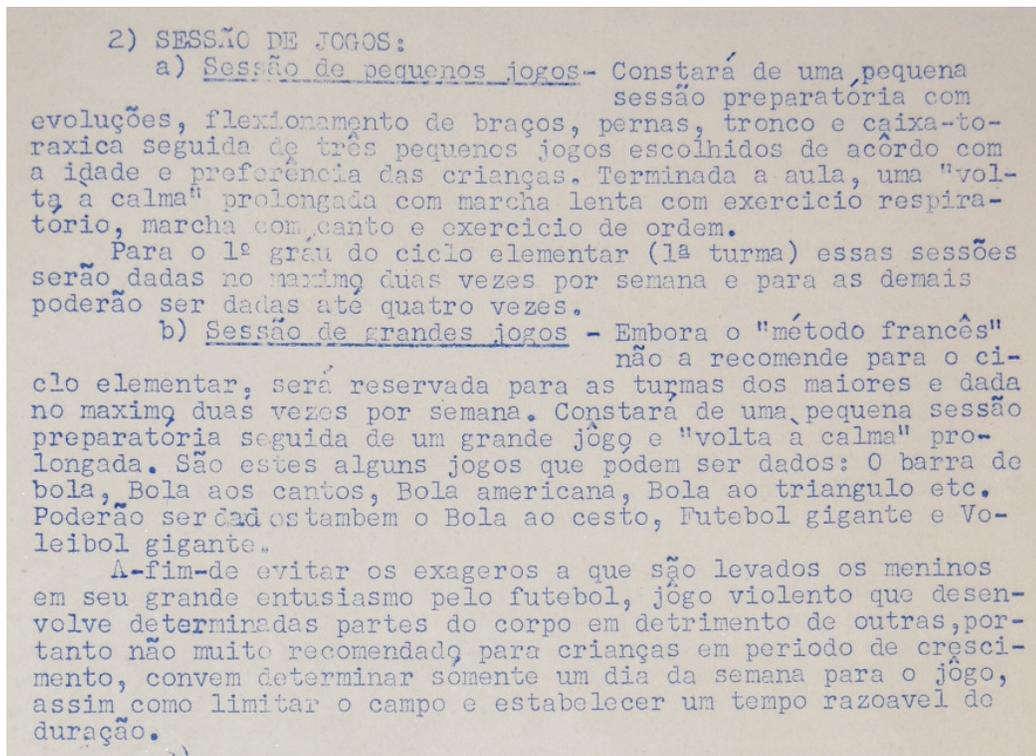


Figura 49: Orientações sobre jogos.

SÃO PAULO (Estado), Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. **Educação Física nos Parques Infantis**. São Paulo, 1947.

Ao analisarmos o referido documento, observamos que os jogos também seguem instruções do método francês, sendo realizadas, no início dos mesmos, seções preparatórias com evoluções e flexionamentos, assim como aquelas realizadas nas aulas de ginástica propriamente dita. Observamos também que a estrutura da aula segue a desenvolvida nas aulas de ginástica, havendo inclusive um momento de volta à calma com exercícios respiratórios e exercícios de ordem.

Outro fato observado nas orientações dadas pelo DEF-SP é a preocupação para que os jogos sejam escolhidos conforme a idade e a preferência das crianças, revelando uma atenção para o desenvolvimento cognitivo e motor, respeitando preceitos biológicos os quais podemos aproximar ao princípio da especificidade, presente nas teorias do treinamento desenvolvidas para o esporte. Desta forma, a recomendação é para que os pequenos jogos sejam destinados às crianças pequenas, referidas como 1ª turma, e os grandes jogos para as turmas maiores, as quais pensamos serem as 2ª e 3ª turmas.

Observamos ainda que o número de sessões também é indicado pelo DEF-SP, representando uma aproximação ainda maior com os métodos científicos e os princípios do

treinamento e do exercício físico. Neste sentido o jogo perde seu caráter desinteressado e passa a ser disciplinado, apresentando hora para começa e terminar, bem como uma rotina estipulada com aquecimento, jogo propriamente dito e volta à calma.

O controle também pode ser visto por meio da indicação de quais jogos poderiam ser praticados pelas crianças. Ao se referir aos grandes jogos, por exemplo, o DEF-SP dá sugestões de jogos a serem praticados, fazendo ressalvas à pratica do futebol, considerado um jogo violento e que desenvolve apenas algumas partes do corpo em detrimento de outras, revelando novamente o controle exercido nas práticas corporais das crianças e a preocupação com atividades que despertem valores ligados à vadiagem e malandragem, constantemente associadas à modalidade.

Mediante o exposto, o jogo nos Parques e Recantos Infantis se caracterizava como uma estratégia para desenvolver o aspecto físico e mental das crianças, atuando também no controle e desenvolvimento de valores, hábitos e práticas saudáveis. Desta forma, como afirma Nicanor Miranda,

Além dos benefícios proporcionados à saúde física e julgados absolutamente idênticos aos produzidos pela ginástica analítica, surgiram outros decorrentes da prática dos jogos, constituindo valores mentais e morais: a honestidade, o altruísmo, a lealdade, a cooperação, a imaginação, a presteza (MIRANDA, 1945, p. 12 *apud* MICARONI, 2010, p. 60).



Figura 50: Grande jogo. s.d.
Acervo do Museu da Imagem e Som de Campinas – Coleção Henrique de Oliveira Júnior.



Figura 51: Pular corda. s.d.

Acervo do Museu da Imagem e Som de Campinas – Coleção Henrique de Oliveira Júnior.

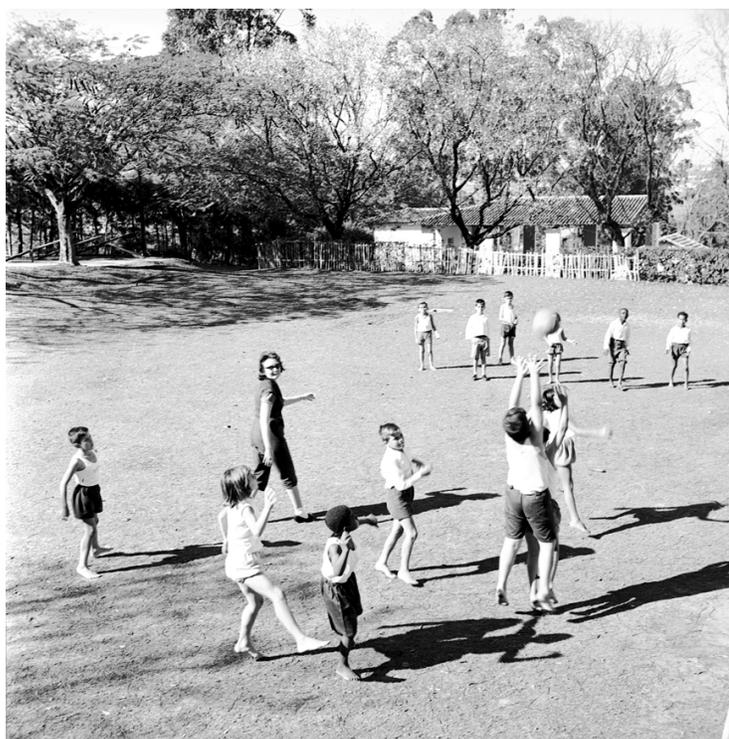


Figura 52: Jogo com bola. s.d.

Acervo do Museu da Imagem e Som de Campinas – Coleção Henrique de Oliveira Júnior.



Figura 53: Corrida de estafeta. s.d.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.



Figura 54: Bola ao túnel. 1949.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.



Figura 55: Cabo de guerra. 1949.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.



Figura 56: Corrida do saco. 1949.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.

Para além da ginástica e dos jogos, o programa de Educação Física nos Parques e Recantos Infantis era composto por aulas de dança e de natação, as quais também seguiam orientações do DEF-SP. Tais orientações não apresentavam tantas minúcias quanto àquelas dedicadas à ginástica e aos jogos, porém mantinham a divisão e o controle do número de seções, tempo de duração e o grau de dificuldade das atividades assim como aquelas.

No que concerne à dança, as crianças deveriam ter de 3 a 6 aulas, sendo inicialmente trabalhadas as rodas cantadas com imitações e figurações simples, assim como as letras das músicas. Para as crianças maiores deveriam ser introduzidas danças, as quais deveriam ser organizadas com passos precisos e ritmo, vindo a apresentar um caráter utilitário, ligadas aos benefícios da atividade física. As orientações sugeriam ainda que as danças fossem preferencialmente ligadas a temas do folclore, retratando a forte influência do nacionalismo. Acreditamos que esta prática tinha relação direta com as dramatizações e apresentações realizadas nos dias festivos, como aquelas que já tratamos em seção anterior, dedicada exclusivamente às festas e dias comemorativos (SÃO PAULO, 1947).

Não podemos deixar de salientar que aulas de dança, ao trabalhar movimentos coordenativos e o ritmo, visavam também o aprimoramento físico, bem como da noção espacial e de tempo, necessários às formações e apresentações ginásticas.

No caso da natação, esta era indicada que fosse realizada todos os dias para as crianças maiores de 7 anos, sendo a duração da aula de 20 minutos. Para as crianças menores indicava-se que parte das aulas deveria ser substituída por brinquedos no “tanque de vadear”. No caso de chuva, as professoras poderiam ministrar aulas de dança ou organizar jogos “sociais e sensoriais”, os quais acreditamos, serem jogos de tabuleiro, como damas e xadrez, ou outros possíveis de serem realizados em locais fechados (SÃO PAULO, 1947).

Infelizmente não encontramos referências sobre o conteúdo das aulas de natação, porém, pelas fotografias da época, inferimos que estas não visavam o ensino das técnicas de natação, ou seja, dos nados crawl, costas, peito e borboleta, sendo dedicadas à adaptação e ao contato com meio líquido, preocupando-se mais com questões higiênicas, pois a piscina estava associada aos banhos de chuveiros diários.



Figura 57: Tanque de vadar. 1945.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.



Figura 58: Aula de natação – 1. s.d.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.



Figura 59: Aula de natação – 2. s.d.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.



Figura 60: Mergulho. 1946.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.

Explicitados os componentes “oficiais” do programa de Educação Física dos Parques e Recantos Infantis, falta-nos ainda apresentar algumas considerações sobre as práticas esportivas desenvolvidas nestas instituições, por meio de torneios e da “Concentração de Parques e Recantos Infantis”, bem como sobre as atividades livres, como o tanque de areia e os brinquedos ou aparelhos.

No que concerne à prática esportiva, as instruções do DEF-SP recomendavam que fossem desenvolvidas da seguinte forma:

Revelando as crianças, em geral, grande interesse pelas competições (saltos em altura e distância, corrida, arremessos) as sessões de jogos poderão ser substituídas algumas vezes no mês por sessão de pequenas competições embora, o “método francês” não recomende para o ciclo elementar. Será dada apenas à 3ª turma e em caráter recreativo não visando “performances” (SÃO PAULO, 1947).

Não fazendo parte do programa de Educação Física, cremos que as atividades esportivas eram, de fato, trabalhadas juntamente com os jogos e apresentavam caráter recreativo, o que pode ser visto nas participações dos Parques e Recantos Infantis em festivais esportivos e na “Concentração de Parques Infantis”.

Organizados pelo Serviço Social do Comércio (SESC), a “Olimpíada Infantil” e o “I Festival Esportivo do SESC” são exemplos de festivais esportivos que os Parques e Recantos Infantis participaram. Ambos foram realizados no estádio “Moysés Lucarelli” em comemoração ao dia das crianças e apresentaram em seu programa esportivo modalidades individuais e coletivas.

Sobre um destes festivais publicou o jornal Diário do Povo,

A “Semana da Criança” foi comemorada de forma entusiástica em nossa cidade. [...] no setor esportivo, constou de uma Olimpíada Infantil entre grupos escolares, visando incentivar os pequenos estudantes nos bons caminhos do esporte e da educação física. [...] O entusiasmo dos meninos e meninas era dos maiores. Os resultados técnicos evidentemente não poderiam ser lisonjeiros, porém houve indício de que futuros atletas surgirão em futuro que não vai distante. [...] A todos foram entregues prêmios em espécie, oferecidos pelo SESC, “Nosso Cantinho” e pelo comércio (MUITO CONCORRIDO..., 1956).

O trecho nos revela o caráter formador de valores depositados no esporte e na Educação Física, bem como elementos de uma prática recreativa ao citar o entusiasmo dos participantes e o nível dos resultados obtidos nas provas, sugerindo que as crianças não treinavam a modalidade. Complementando o aspecto recreativo destes festivais observamos que todos os participantes

eram premiados e, embora não mencionado neste trecho, os festivais também contavam com provas adaptadas como o “arremesso de pelota” e os “50 metros rasos” (MUITO CONCORRIDO..., 1956).

A “Concentração de Parques Infantis”, por sua vez, era organizada pelo DEF-SP e realizada nos meses de férias escolares, concentrando as crianças dos Parques Infantis do interior em uma cidade previamente escolhida para a realização de provas esportivas e jogos.

Com a finalidade de difundir a prática da Educação Física a Concentração, semelhante aos festivais esportivos, apresentava provas adaptadas como: natação – 25 metros, voleibol gigante, corrida recreativa e um grande jogo, decidido previamente (SÃO PAULO, s.d. (d)), caracterizando uma aproximação com preceitos recreativos. Contudo, a premiação se dava apenas aos primeiros colocados e o sistema de pontuação caracterizava uma competição esportiva profissional, quebrando o caráter recreativo representado na adaptação das provas.

Diferentemente dos festivais esportivos, a Concentração caracterizava uma ação contínua e ligada ao trabalho desenvolvido nos Parques Infantis. Sendo assim, trazia objetivos ligados à formação do homem forte e saudável, revelando sua influencia médica e militar, observadas em ações presentes no regulamento como as cerimônias de abertura e encerramento, a utilização do uniforme e o horário a ser cumprido rigorosamente.

Destacamos que mesmo prezando pelo caráter recreativo, observado na adaptação das provas, as práticas esportivas nos Parques e Recantos Infantis, apresentavam critérios de classificação e quantificação semelhantes aos do esporte profissional, sendo que poderiam ser adaptados da mesma forma que as atividades.

As atividades livres, por sua vez, eram destinadas, majoritariamente, às crianças pequenas, sendo estas o “tanque de areia” e os brinquedos, ou “aparelhos”, como eram chamados. Tais atividades apresentavam caráter recreativo, mas não excluíam os objetivos pedagógicos ligados ao desenvolvimento de habilidades motoras e da sociabilidade das crianças.

Sobre estas atividades, o DEF-SP orientava que,

AREIA: O tanque de areia deve ser também aproveitado como meio de desenvolvimento da imaginação das crianças: mostrar às crianças que elas podem representar na areia o que desejarem: um castelo, uma casa, um jardim florido, um campo de esportes, uma igreja, uma cidade, etc. [...] APARELHOS: Balanços, passo de gigante, gangorras, deslizadores, carrosséis etc. Conhecidos e muito apreciados, tornam as crianças corajosas, fazendo-as perder a sensação desagradável de medo e tontura, contribuem para o desenvolvimento da coragem, iniciativa, disciplina, respeito ao próximo, além do seu valor educativo (SÃO PAULO, s.d. (c)).

Ficam-nos claras as intenções do DEF-SP na formação do homem forte e sadio a partir destas atividades, que embora chamadas de “atividade livre”, eram dirigidas pelas professoras no sentido de cumprir tal objetivo.



Figura 61: Volta à calma. s.d.
Acervo do Museu da Imagem e Som de Campinas – Coleção Henrique de Oliveira Júnior.



Figura 62: Gangorra. s.d.
Acervo do Parque Infantil “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias.

Por fim, a Educação Física reproduzida no ambiente dos Parques e Recantos Infantis, por meio de exercícios sistematizados e utilizando a ginástica numa “perspectiva terapêutica” (BRACHT, 1999), tinha por objetivo formar corpos saudáveis a fim de serem úteis para a força de trabalho, promovendo um controle da natureza corporal. Por meio do método francês, os exercícios militares, combinados aos conhecimentos médicos, eram resinificados para o plano civil, atuando na formação higiênica e moral da população infantil.

3. Considerações Finais

Margareth Rago (2004), ao discorrer sobre a metropolização da cidade de São Paulo nos coloca que, desde cedo, este processo

[...] envolveu muito mais do que a ordenação e o embelezamento do espaço físico, com a construção dos majestosos palacetes, jardins e parques, como o Anhangabaú, o Parque Dom Pedro, ou a praça Buenos Aires, pelo arquiteto francês Joseph Antoine Bouvard. Construiu-se um novo regime de verdade, a partir do qual foram definidas e ditadas as regras do modo correto de viver, sentir, pensar e agir. Os padrões considerados civilizados de comportamento e de convívio social progressivamente adotado no universo patriarcal da elite cafeeira e dos industriais emergentes foram exportados para toda a Cidade, produzindo tensões, conflitos, tumultos e resistências. (RAGO, 2004, p. 388-389)

Desta forma, erradicar hábitos populares vistos como atrasados ou perigosos (RAGO, 2004) fazia-se necessário na busca pelos modernos preceitos de higiene, pela ordem e pelo progresso objetivado pela classe dominante. Dentre as reformas urbanas pensadas para atingir tal objetivo, “[...] programas de lazer com objetivos pedagógicos explícitos cresceram significativamente, ao mesmo tempo que se enrijeceu o discurso sobre o ócio, estigmatizado como ameaçador e perigoso” (RAGO, 2004, p. 428).

Observa-se, de acordo com Decca (1990), que ao longo da década de 1930, propostas como os Parques Infantis, os Clubes de Menores Operários e os Clubes de Moças Operárias e outras propostas como concursos e bibliotecas para os operários só reafirmavam as intenções de controlar e organizar o lazer desta população, estabelecendo assim um recreio produtivo e disciplinador para o operariado e seus filhos, visando retirar, em especial, as crianças operárias do ambiente tido como nocivo das ruas e do lar proletário.

Cabe-nos ressaltar que assim como o ocorrido na capital paulistana, na cidade de Campinas este processo não ocorreu de forma muito diferente. Diante o surto de urbanização e industrialização ocorrido principalmente após as décadas de 1920 e 1930, a cidade vivenciou um momento de ruptura entre a realidade até então agrária e rural para uma nova configuração urbana e industrial, fazendo-se necessárias reformas urbanas como aquelas presentes no Plano de Melhoramentos Urbanos.

Neste contexto, criados a partir de 1940, os Parques e Recantos Infantis em Campinas cumpriam o objetivo do poder público de educar, recrear e assistir o público infantil oferecendo às crianças: alimentação, cuidados médicos e odontológicos, orientação nas tarefas escolares, exercícios físicos, atividades recreativas, atividades de leitura, dramatização, comemorações festivas e participação nos clubes agrícolas.

Instalados em amplas áreas verdes, com uma natureza planejada, estas instituições deram uma nova função aos parques públicos, que a partir de atividades orientadas, passaram a denotar a importância dada à natureza no processo de educação e higiene da população Campineira frente ao processo de urbanização e industrialização e os novos desafios de ordem sanitária e social enfrentados pelo poder público.

Assim como as Escolas ao Ar Livre, os Parques e Recantos Infantis expressavam os novos ideais urbanos e estavam em sintonia com uma idéia de “educação pela e na natureza” (DALBEN, 2009) que as cidades inventaram no início do século XX. A criação de parques e a idéia de vida ao ar livre não era apenas para controlar o tempo livre das classes populares, mas também para demonstrar a sintonia com os ideais urbanos próprios do mundo europeu e norte americano, ou seja, a demonstração de uma civilidade urbana.

Desta forma, os Parques e Recantos Infantis em Campinas, exprimiam, assim como os Parques Infantis de São Paulo,

[...] a ambiguidade entre progresso/atraso, presente/passado, antigo/novo, na medida em que [...] são ressignificados e transformados em espaços que agregam dois elementos essenciais às transformações das formas de pensar e de agir da população. São eles: um refúgio na história brasileira e um abrigo de cuidados com o corpo adequados aos modernos preceitos de higiene e de educação. (DALBEN e DANAILOF, 2009, p. 164)

Destinadas a cumprir com tais objetivos, estas instituições tinham na ginástica e nos jogos, elementos fundamentais no desenvolvimento da Educação Física e da Educação Recreativa, subsídios para o desenvolvimento físico, motor e psicossocial das crianças. Por meio do método ginástico francês, conseguiram congregar elementos médicos e militares atuando na formação do homem forte e sadio, apto a defender a pátria e produtivo ao capital.

Por fim, configurados como importantes instituições destinadas à assistência, educação, cultura e recreação da população infantil, arriscamo-nos a dizer que os Parques e Recantos Infantis de Campinas representaram uma primeira iniciativa pública de lazer neste município,

sendo este pensado e orientado enquanto um projeto político e pedagógico destinado ao controle do tempo livre dos filhos do operariado.

4. Referências Bibliográficas

4.1. Livros, Teses, Dissertações e Artigos

AMARAL, Silvia Cristina Franco. Lazer/Recreação: Estudos de Memória na Cidade de Porto Alegre – Uma Proposta em Andamento. **Licere**. Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 109-123, 2001a.

_____. Espaços e Vivências Públicas de Lazer em Porto Alegre: da Consolidação da Ordem Burguesa à Busca da Modernidade Urbana. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 23, n. 1, p. 109-121, set. 2001b.

_____. **Políticas Públicas de Lazer e Participação Cidadã**: Entendendo o Caso de Porto Alegre. 192 f. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação Física – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. **Campinas: o despontar da modernidade**. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

BAENINGER, Rosana. **Espaço e tempo em Campinas**: Imigrantes e a Expansão do Pólo Industrial Paulista. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

BASSETO, Luciana. **Política e organização da pré-escola na Secretaria Municipal de Educação de Campinas entre 1969 a 1988**. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n], 2006.

BRACHT, Valter. Educação física no 1º grau: conhecimento e especificidade. **Revista Paulista de Educação Física**. São Paulo, supl.2, p.23-28, 1996.

_____. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos Cedes**, ano XIX, nº 48, p. 69-89, Agosto 1999.

CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral. **Momento de ruptura**: As Transformações no Centro de Campinas na Década dos Cinquenta. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda. **A Leitura de Imagens na Pesquisa Social**: história, comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2004.

DALBEN, André. **Educação do corpo e vida ao ar livre**: natureza e educação física em São Paulo (1930 – 1945). Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n], 2009.

DALBEN, André; DANAILOF, Kátia. Os Jardins de Infância e as Escolas Maternais de São Paulo no Início da República. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v. 31, n. 01, p. 163-177, set. 2009.

DANAÏLOF, Kátia. **Corpos e cidades:** lugares da educação. Dissertação (Mestrado em Educação). – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n], 2002.

_____. **Crianças na Trama Urbana:** as práticas corporais nos parques infantis de São Paulo nos anos 1930. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n], 2006.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **A Vida Fora das Fábricas:** Cotidiano Operário em São Paulo – 1927 – 1934. 134 f. Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.

_____. **A Vida Fora das Fábricas:** Cotidiano Operário em São Paulo (1920 – 1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Cotidiano de Trabalhadores na República:** São Paulo – 1889/1940. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DUMAZEDIER, Jofre. **Valores e Conteúdos Culturais do Lazer.** São Paulo: SESC, 1980. (Bibl. Científica – Série Lazer, 3).

_____. **Sociologia Empírica do Lazer.** 2ª ed. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1999.

FARIA, Ana Lucia Goulart de. **Direito a infância:** Mario de Andrade e os parques infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo (1935-1938). 175f. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 20, n. 69, p. 60-91, dez. 1999.

_____. **Educação Pré-escolar e Cultura.** São Paulo: Editora Cortez, 2002.

FERREIRA, Anna Angélica Ramos. **Um Breve Histórico das Escolas Municipais de e dos Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Campinas (1940-1990).** 137 f. Monografia (Graduação), Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

FERREIRA NETO, Amarílio. **A pedagogia no Exército e na Escola:** educação física brasileira (1880-1950). Aracruz, ES: FACHA, 1999a.

_____. A Pedagogia no Exército e na Escola: a Educação Física (1920-1945). **Motrivivência.** Ano XI, n. 13, p. 35-63, nov. 1999b.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilan de Souza. **Historia social da educação no Brasil (1926-1996).** São Paulo, SP: Cortez, 2009;

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Educação Física Progressista.** São Paulo: Edições Loyola,

1991.

GOMES, Christiane Luce. Lazer e Trabalho no Contexto Urbano: Reflexões sobre os “Clubes de Menores Operários” (1937 – 1947). MÜLLER, Ademir; COSTA, Lamartine Pereira da (orgs.). **Lazer e Trabalho: um único ou múltiplos olhares?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 27-44.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios: Europa - 1975-1914.** Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo; revisão técnica Maria Célia Paoli. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **A Era das Revoluções: Europa – 1789 – 1848.** Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Os Jardins de Infância e as Escolas Maternais de São Paulo no Início da República. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, n. 64, p. 57-60, fev. 1988.

KRAMER, Sonia. **A Política do Pré-Escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

KUHLMANN JR., Moysés. Instituições Pré-Escolares Assistencialistas no Brasil (1899-1922). **Cadernos de Pesquisas,** São Paulo, n. 78, p. 17-26, ago. 1991.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Antropologia e Educação Física. In: CARVALHO, Yara Maria de; RUBIO, Kátia (org.). **Educação Física e Ciências Humanas.** São Paulo: Hucitec, 2001. - (Paidéia; 5).

MARCASSA, Luciana. **A Invenção do Lazer: Educação, Cultura e Tempo Livre na Cidade de São Paulo (1888 – 1935).** 196 f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

MICARONI, Silvana. **A Educação Física nos Parques Infantis da Cidade de São Paulo: 1947 a 1957.** Campinas, SP: Millennium Editora, 2010.

MIRANDA, Célio Roberto Turino de. **Na Trilha de Macunaíma: ensaio para uma política pública de lazer.** 325 f. Dissertação (Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

MUNNÉ, Frederic; CODINA, Nuria. *Psicología Social del Ocio y el Tiempo Libre.* ÁLVARO, J. L.; GARRIOO, A.; TORREGROSA, J. R. (orgs.) **Psicología Social Aplicada.** Madri: McGraw – Hill Interamericana de España, 1996, p. 429 – 447.

NASCIMENTO, Terezinha A. Q. Ribeiro do et al. **Memórias da Educação: Campinas (1850-1960).** Campinas, SP: Ed. UNICAMP, Centro de Memória – UNICAMP. Coleção Campiniana, no. 20, 1999.

NETO, José Moraes dos Santos. **O Início de uma Paixão: A Fundação e os Primeiros Anos da Associação Atlética Ponte Preta.** Campinas: Editora Komedi, 2000.

OLIVEIRA, Luciane Moreira de. **O Serviço de Cinema Educativo em Campinas – SP nos anos 50.** 139 f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e Mudança Social no Brasil.** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

RAGO, Margareth. A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900-1950. In: PORTA, Paula (org.). **História da cidade de São Paulo.** São Paulo, SP: Paz e Terra, 2004.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918 – 1925).** Campinas/SP: Mercado das Letras, 2003.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **O Prazer Justificado: historia e lazer :** (Sao Paulo, 1969/1979). São Paulo : Marco Zero, 1994.

SANTOS, Luciano Rodrigues dos. O médico-higienista e a arquitetura escolar no Brasil sob o prisma da educação sexual entre os séculos XIX e XX. **Scientia Plena**, v 6, n 3, p. 1-15. Disponível em: <<http://www.scientiaplenu.org.br/ojs/index.php/sp/article/viewFile/130/23>> Acesso em: 20 nov 2011.

RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMOS, Maria Martha Silvestre. **História da Educação Infantil Pública Municipal de Campinas 1940-1990.** Bragança Paulista, SP: USF-dissertação de mestrado, 2001.

_____. **História da Educação Infantil Pública Municipal de Campinas: 1940-2010.** Campinas, SP: Millennium Editora, 2010.

SEGATTO, José Antonio. **A Formação da Classe Operária no Brasil.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SOARES, Carmen Lúcia. Educação física escolar: conhecimento e especificidade. **Revista Paulista Educação Física**, São Paulo, supl.2, p.6-12, 1996.

_____. **Educação Física: raízes européias e Brasil.** Campinas, SP. Autores Associados, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. **O Direito à Educação: lutas populares pela escola em Campinas.** Campinas, SP: Ed. UNICAMP, Centro de Memória – UNICAMP. Coleção Campiniana, no. 18, 1998.

TONOLLI, Maria Fernanda Simões. **As Origens da Educação Pré-Escolar Pública Municipal em Campinas: O Parque Infantil da Vila Industrial.** 89 f. Monografia (Graduação), Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

WERNECK, Christiane Luce Gomes. Recreação e Lazer: Apontamentos Históricos no Contexto da Educação Física. WERNECK, Christiane Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira (orgs.). **Lazer, Recreação e Educação Física**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 15 – 56.

4.2. Leis, Decretos, Portarias e demais Documentos Consultados

4.2.1. Arquivo Municipal de Campinas

CAMPINAS, Departamento de Ensino e Difusão Cultural. 1955. **Relatório dos Serviços Realizados nas áreas de Educação e Cultura**.

CAMPINAS, Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Ensino e Difusão Cultural. **Relatório de Atividades Realizadas – 1956**. Campinas, 1957.

_____. **Relatório de Atividades Realizadas – 1957**. Campinas, 1958.

_____. **Relatório de Atividades Realizadas – 1958**. Campinas, 1959.

4.2.2. Centro de Memória da UNICAMP

CAMPINAS, Prefeitura Municipal de. **Lei n. 383, de 6 de Setembro de 1950**.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal de. **Decreto n. 2787, de 20 de abril de 1966**.

4.2.3. EMEI “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memória

CAMPINAS, Secretaria de Cultura e Higiene. **Portaria n° 14, de 09 de Junho de 1956**. Institui o período de atendimento integral nos Parques e Recantos Infantis de Campinas.

CAMPINAS, Secretaria de Cultura e Higiene. **Portaria n° 15, de 09 de Junho de 1956**. Institui o período de atendimento integral nos Parques e Recantos Infantis de Campinas inclusive nas férias de julho e dezembro.

CAMPINAS, Secretaria de Cultura e Higiene. **Portaria n° 16, de 09 de Junho de 1956**. Regulamenta o regime de estágio nos Parques e Recantos Infantis de Campinas.

CAMPINAS, Departamento de Ensino e Difusão Cultural. Secção de Assistência Sócio-Educacional. **Horário Diário**, Campinas, s.d. (a)

_____. **Programa Semanal de Educação Física nos Parques e Recantos Infantis Municipais**. Campinas, s.d. (b).

_____. **Desenhos Pedagógicos**. Campinas, 1953.

CAMPINAS, Departamento de Ensino e Difusão Cultural. Gabinete do Diretor. **Assistência Alimentar**, Campinas, s.d. (c).

FORSTER, Otília. **Plano Geral de Trabalho**. Classificados no 2º grau do ciclo elementar. Turmas femininas e masculinas dos 1ºs e 2ºs anos: de 7 à 9 anos. Campinas: [s.n.], 1939 a.

_____. **Lição de Educação Física para o 2º grau do ciclo elementar**. Campinas: [s.n.], 1939 b.

SÃO PAULO (Estado), Secretaria de Educação e Saúde Pública. Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. **Organização de um Parque Infantil**. São Paulo, s.d. (a) (Documento retirado do acervo da EMEI “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias).

_____. **Regimento Interno dos Parques Infantis**. São Paulo, s.d. (b) (Documento retirado do acervo da EMEI “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias).

SÃO PAULO (Estado), Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. **Instruções para Observância do Horário de Funcionamento do Parque Infantil**. São Paulo, s.d. (c) (Documento retirado do acervo da EMEI “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias).

_____. **Aula Ritmada de Educação Física Infantil: Método Francês**. São Paulo, 1942.

_____. **Educação Física nos Parques Infantis**. São Paulo, 1947.

SÃO PAULO (Estado). Departamento de Educação Física. Serviço de Parques Infantis. **Regulamento**. São Paulo, s.d. (d).

4.3. Artigos de Jornais

4.3.1. Centro de Memória da UNICAMP

BADARÓ, Lourdes. Praça Imprensa Fluminense. **Diário do Povo**, Campinas, 28 fev. 1976. p. 1-4.

GUIMARÃES, Alaor Malta. Imprensa Fluminense – Praça: localiza-se ali o Parque Infantil “Violeta Dória Lins”. **Ruas e Praças de Campinas**. (s.n.t.)

MAGALHÃES, Ruyrillo de. **Plano Municipal de Ensino, Educação, Cultura e Recreação**. Prefeitura Municipal de Campinas. Departamento de Ensino e Difusão Cultural, 1955.

MARIANO, Júlio. No giro do tempo: o dia a dia da cidade de há trinta anos no noticiário do “Correio Popular”. **Correio Popular**, Campinas, 28 jan. 1976.

MENDES, José de Castro. Jardim Público: Praça Imprensa Fluminense. **Correio Popular**, Campinas, 22 ago. 1968.

4.3.2. EMEI “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memória

A MAGNÍFICA organização dos Parques Infantis de Campinas. **Diário do Povo**, Campinas, 30 jun 1957. (recorte de jornal retirado do acervo da EMEI “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias).

CASTRO, Dorothy Gambetti de. Campinas: realmente grande centro de assistência pré-escolar. **[Jornal da Cidade de Bauru]**, Bauru, 1958. (recorte de jornal retirado do acervo da EMEI “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias).

CLUBE agrícola dos Parques Infantis. **A Gazeta**, São Paulo, 28 set 1950. (recorte de jornal retirado do acervo da EMEI “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias).

FUNCIONAVAM nove horas consecutivas: abertas as matrículas nos parques e recantos infantis. **Diário do Povo**, Campinas, 24 fev 1957. (recorte de jornal retirado do acervo da EMEI “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias).

IMPORTANTES melhoramentos serão introduzidos nos Parques Infantis. **Correio Popular**, Campinas 30 mai 1950. (recorte de jornal retirado do acervo da EMEI “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias).

INICIATIVA de Alto Sentimento Humano: alimentação, fator básico na educação das crianças. **Diário do Povo**, Campinas, 15 set 1957. (recorte de jornal retirado do acervo da EMEI “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias).

MUITO CONCORRIDO e entusiástico o festival esportivo infantil. **Diário do Povo**, Campinas, 16 out 1956. (recorte de jornal retirado do acervo da EMEI “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias).

NOS PARQUES e Recantos Infantis: Tem provado bem o regime de estágio. **Diário do Povo**, Campinas, 22 jul 1956. (recorte de jornal retirado do acervo da EMEI “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias).

O PRIMEIRO festival esportivo do SESC. **Correio Popular**, Campinas, 13 out 1956. (recorte de jornal retirado do acervo da EMEI “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias).

PARQUES e Recantos Infantis Entrarão no Regime de Tempo Integral. **Diário do Povo**, Campinas, 30 mai 1956. (recorte de jornal retirado do acervo da EMEI “Celisa Cardoso do Amaral” – Projeto Memórias).